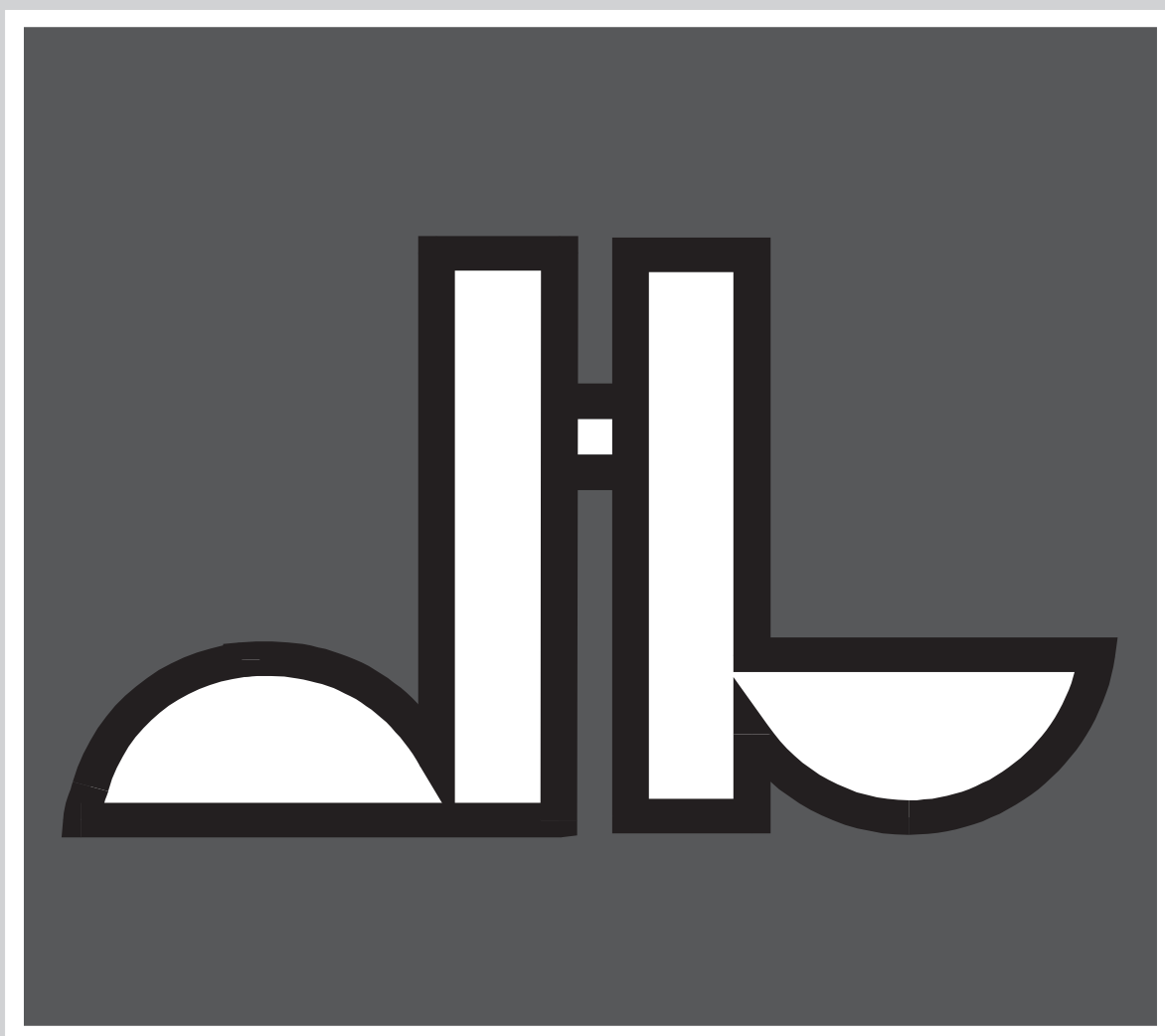




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVII - Nº 011 - TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p style="text-align: center;">Presidente Senador José Sarney (PMDB/AP)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Senador João Ribeiro (PR/TO) ²</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário Deputado Inocêncio Oliveira (PR/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Mesa do Senado Federal</u></p> <p style="text-align: center;">Presidente José Sarney (PMDB/AP)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Marta Suplicy (PT/SP)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Cícero Lucena (PSDB/PB)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário João Ribeiro (PR/TO) ²</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º - Casildo Maldaner (PMDB-SC) ^{1, 5, 6 e 7}</p> <p style="text-align: center;">2º - João Durval (PDT/BA)</p> <p style="text-align: center;">3ª - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)</p> <p style="text-align: center;">4ª - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>	<p style="text-align: center;"><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></p> <p style="text-align: center;">Presidente Marco Maia (PT/RS)</p> <p style="text-align: center;">1ª Vice-Presidente Rose de Freitas (PMDB/ES)</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo da Fonte (PP/PE)</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Eduardo Gomes (PSDB/TO)</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário Inocêncio Oliveira (PR/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Júlio Delgado (PSB/MG)</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º - Geraldo Resende (PMDB/MS)</p> <p style="text-align: center;">2º - Manato (PDT/ES)</p> <p style="text-align: center;">3º - Carlos Eduardo Cadoca (PSC/PE)</p> <p style="text-align: center;">4º - Sérgio Moraes (PTB/RS)</p>

Notas:

- 1- Em 29-3-2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 291/2011, deferido na Sessão do Senado Federal de 29-3-2011.
- 2- Em 3-5-2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 472/2011, aprovado na Sessão do Senado Federal de 3-5-2011.
- 3- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 4- Em 16-11-2011, eleito o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) para o cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal.
- 5- Em 28-11-2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- 6- Em 29-11-2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- 7- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08-12-2011.

EXPEDIENTE	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.652, de 2012, que altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP; e dá outras providências.	00976
1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 23 e 24, de 2012	00977
1.3 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nº 1, de 2012	00977
2 – ATA DA 10ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 28 DE MAIO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 124 anos da Abolição da Escravatura.	00978
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.2 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
2.2.3 – Oradores	
Senador Cristovam Buarque	00980
Deputado Onofre Santo Agostini	00983
Senador Paulo Paim	00984
Deputado Leonardo Gadelha	00992
Senador Mozarildo Cavalcanti	00994
Senador José Pimentel	00998
Senador Renan Calheiros	01000
Sr. Nilton Nascimento, Presidente da ONG Negro em Movimento, da Bahia.	01002
2.2.4 – Execução da canção “O Negro de 35”, de autoria de Rufino Aguiar e Clóvis Souza	
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Deputada Rose de Freitas (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum)	01005
2.4 – ENCERRAMENTO	
3 – RETIFICAÇÃO	
Ata da 9ª Sessão Conjunta (Solene), em 14 de maio de 2012, publicada no Diário do Congresso Nacional nº 10 , do dia subsequente	01008
CONGRESSO NACIONAL	
4 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	01017
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)	01020
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	01022
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	01023
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	01024
5 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	01028
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	01029
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	01030

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 12.652, DE 25 DE MAIO DE 2012

Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP; e dá outras providências.

Faço saber que a Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 555, de 2011, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 3º da Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Ficam o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação – FNDE autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de dezembro de 2012, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de janeiro de 2011, firmados com fundamento na alínea h do inciso VI do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação do inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

.....” (NR)

Art. 2º O Anexo II da Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 3º Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, na forma do disposto no art. 26 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, por um período de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do dia 31 de dezembro de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 25 de maio de 2012. – 191º da Independência e 124º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ANEXO

(Anexo II à Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010)

ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETO	QUANTIDADE
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	914/BRA/1065 – PROMED 914/BRA/1111 – FUNDESCOLA BRA/03/032 - PROEP	71
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	BRA/02/011 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL BRA/01/037 – USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	8
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	BRA 00/009 – CONSERVAÇÃO DE MANEJO DOS ECOSISTEMAS BRASILEIROS – PROECOS	12

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 563**, de 3 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2012, que “Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 24 de maio de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 564**, de 3 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2012, que “Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 24 de maio de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO CONJUNTO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 1, DE 2012

Os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

considerando o disposto no artigo 15 da Resolução nº 1, de 2011, do Congresso Nacional, que “os *Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma única secretaria para prestar apoio à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado dentre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades*”; e

considerando a solicitação do Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, constante do Processo nº 035725/11-7,

Resolvem:

Art. 1º Fica instituída Comissão de servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados destinada a formular, sob a supervisão do Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, um conjunto de propostas de natureza administrativa, visando ao funcionamento, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, de uma única secretaria para prestar apoio à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Art. 2º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos e será composta pelos servidores Francisco Eugênio Machado Arango, matrícula nº 50330, Maria Claudia Barbosa de O. Drummond, matrícula nº 48607, João Pedro de Souza Lobo Caetano, matrícula nº 56379, e Dilson do Carmo Lima Ferreira, matrícula nº 56288, do Quadro de Pessoal do Senado Federal; e pelos servidores Antonio Ferreira Costa Filho, matrícula nº 4928, Samuel Gomes dos Santos, matrícula nº 120776, Yoshiko Yoshimoto, matrícula nº 5422, e José Augusto de Carvalho Torres, matrícula nº 4958, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Art. 3º A participação na referida comissão não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante prestado ao Congresso Nacional.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na sua publicação.

Congresso Nacional, 16 de maio de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal – Deputado **Marco Maia**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Ata da 10ª Sessão Conjunta (Solene), em 28 de maio de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Senadores José Sarney, Paulo Paim e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 55 minutos e encerra-se às 14 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar os 124 anos da Abolição da Escravatura no Brasil.

Copreside comigo esta sessão a Srª Deputada Federal Rose de Freitas, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Convido para ter assento à mesa o Senador Cristovam Buarque, signatário do requerimento para a realização desta sessão, bem como o Senador Paulo Paim.

Convido também para compor a Mesa o Exmº Sr. Secretário da Promoção da Igualdade Racial, Mário Lisboa Theodoro; o Exmº Sr. Secretário Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego Sr. Marcelo Aguiar, representando o Ministro Brizola Neto; a Srª Secretária Especial de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Distrito Federal, Srª Josefina Serra dos Santos; a Diretora de Acesso à Cultura da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura, Srª Ione Maria de Carvalho, representante da Ministra da Cultura, Srª Ana de Hollanda, e o Presidente da ONG Negro em Movimento, da Bahia, jornalista Nilton Nascimento.

Convido todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. Com revisão do Presidente.) – Deveria fazer uso da palavra neste instante a Vice-Presidente, Deputada Rose de Freitas, representando o Presidente da Câmara dos Deputados nesta sessão. Infelizmente, ela se encontra com um problema de voz e o discurso que ela trouxe para proferir será publicado nos Anais da Casa e entre os presentes.

Eu, hoje, quero ressaltar que esta sessão comemora uma data central da história brasileira e ainda tenho a esperança de que saibamos resgatar todo o horror que ela quis deixar para trás. Lembrarmos da abolição é não esquecer a tragédia da escravidão.

Em 13 de maio de 1888, nas ruas da Capital do Brasil, o povo estava em festa, na exaltação de uma vitória. A luta se estendera por 70 dos 300 anos de sofrimento e opróbrio da raça negra. Chegara ao fim com a libertação de 723.419 escravos – para a falta de qualquer sentimento histórico nosso, ainda o Brasil tinha escravidão.

A lei é muito singela: “É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.” Era um pequeno texto legal, mas suas palavras e alcance constituíam sangue, suor, dor, sofrimento e luta. O texto era a soma de heróis e de mártires que, pela vida e pela palavra, abraçaram a causa da liberdade.

Nabuco afirmava que era só o começo de uma grande caminhada. É um clarão de liberdade, mas apenas uma porta de entrada numa imensa obra de resgate de mulheres e de homens, de crianças e de velhos que haviam sido escravos ou eram descendentes de escravos. Uma obra que não realizamos e que nunca realizaremos em sua plenitude – pois ficará para sempre a mancha indelével, a maior, talvez, da história do Brasil – mas precisamos nos esforçar, a cada dia, todos os dias, para realizar o resgate da injustiça que a história cometeu. Tudo que foi feito para discriminar afirmativamente o negro será sempre incomensuravelmente menor do que o que foi feito para discriminá-lo negativamente, e menos também que a discriminação que ainda sofre.

A escravidão não era apenas a falta de liberdade, de ir e vir, de decidir o seu destino; ela era, sem dúvida alguma, uma tortura contínua, sem limites que não fossem a morte e o desespero. O Padre Vieira, num dos Sermões de Nossa Senhora do Rosário, tem a oportunidade de relatar o que era o sofrimento dos negros e o compara ao do próprio Cristo na Cruz, em sua vida toda de sofrimento.

Sob a pressão abolicionista – sob a liderança de Joaquim Nabuco —, em 1888 forma-se o Gabinete João Alfredo, mais uma vez um conservador que iria fazer uma reforma liberal. A 3 de maio abre-se a sessão parlamentar – estou vendo aqui que o Senador Cristovam Buarque fez um estudo desses 10 dias

de maio. A Regente é recebida com flores e o Cônsul americano, que estava presente, ressaltava que, no Brasil, uma grande revolução era feita com flores e não regada com sangue. A 7 de maio, o Ministério apresenta o programa abolicionista. No dia 8 é lido o projeto. Nabuco pede a dispensa de prazos. e as galerias explodem. E, no dia 13, um domingo, o Senado faz uma sessão especial. A Princesa desce de Petrópolis e, no Paço, sanciona a lei.

Patrocínio, o grande orador durante todo o tempo da pregação contra a escravidão, ajoelha-se aos pés da Princesa. Os préstitos enchem a cidade.

Machado de Assis conta, no seu **Memorial de Aires**: “Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis e decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia.”

No meu Estado, o Maranhão, em 1838, o Negro Cosme – que se chamava a si mesmo o Imperador das Liberdades Bem-te-vis – foi o grande líder da Balaiada, que no maior quilombo do País naquele tempo, com cerca de três mil negros, tinha uma preocupação grande, talvez única na história dos quilombos: fazer uma escola no quilombo. Era o que ele pensava. O Negro Cosme é, realmente, uma das figuras que talvez seja esquecida da luta do negro no Brasil porque ele está à altura e no mesmo nível dos grandes mártires como Zumbi, porque ele foi enforcado e lutou durante a Balaiada toda pela libertação dos negros. Mas ele também sabia que só a liberdade não bastava e, já naquele tempo, Senador Cristovam, o senhor que é tão dedicado à educação, ele via que a liberdade só se completava com a educação. E é por isso que ele dá o exemplo de fazer no quilombo uma escola.

Essa mesma preocupação com a educação me fez, depois de estudar com lideranças dos movimentos negros, acreditar na importância de uma política de cotas. Fui o primeiro a levantar essa questão no Brasil (*Palmas*.) – o Senador Paim, que aqui está, é testemunha disso. E hoje todos sabem que esse é o grande instrumento para resgatar a ascensão dos negros, pela educação e pelas amplas oportunidades que lhe são abertas, e de diversos segmentos da sociedade, com a esperança de todos nós de que, cada vez mais, os negros participem das decisões nacionais.

Desde que entrei na política, há mais de 50 anos, tenho apoiado e participado das discussões sobre o problema do resgate da dívida com o negro. Presidente da República, criei, durante as comemorações do centenário da Abolição, a Fundação Palmares, destinada a promover a ascensão da raça negra no nosso País (*Palmas*.). Seu primeiro Presidente foi Carlos Moura,

que a estruturou, e hoje a Fundação é a grande instituição que abriga os defensores da raça negra e que tem-se firmado, a cada dia, como um ponto de referência para resgatar a nossa dívida com os negros no Brasil. Mas tinha, então, como tenho, o sentimento da insuficiência de nosso esforço.

Tenho ouvido e lido com atenção todo o debate sobre o erro científico de qualquer medida que leve em consideração a raça. Gostaria que esse debate tivesse impedido a escravidão. Sabemos perfeitamente que não há fundamento biológico ou ético para a divisão racial. Sabemos que é preciso acabar com a divisão da sociedade brasileira. E é esse justamente o nosso combate. Não há como negar o que aconteceu: uns foram escravos, outros foram senhores. Uns eram negros, outros eram brancos. O trabalho de resgate não aconteceu; repito, não aconteceu. Portanto, a nossa tarefa é fazê-lo.

Estou convencido de que o Brasil é uma democracia racial; e não há dúvida disso. Mas carregamos enorme carga de preconceito. Se não temos segregação racial, a discriminação racial faz parte de nosso cotidiano, numa forma especialmente insidiosa, a discriminação encoberta, mascarada, escondida, até mesmo inconsciente. A exclusão dos negros e da comunidade negra coincide em grande parte com a dos pobres. Mas, mesmo que superpostas, elas não podem ser confundidas. Os negros, entre os pobres, são os mais pobres; entre os que não conseguem o acesso à educação, a maioria; entre os doentes, os mais graves.

Esse é o sentimento, a expressão maior da minha alma, a ligação permanente que tenho com o que significa a raça negra para o Brasil. Nossa literatura passa quase que sem grandes referências negras. São poucas as heroínas negras na literatura brasileira: Jorge Amado escreveu **Teresa Batista Cansada de Guerra**, e eu, que tenho a satisfação de dizer que escrevi também uma novela chamada *Saraminda*, cuja heroína é uma negra.

Também, para resgatar a memória histórica, tombei a Serra da Barriga, considerei patrimônio nacional aquele lugar sagrado. E na lei da Fundação Palmares lá está, no art. 2º, o respeito pelas terras dos quilombolas, depois consagrado na Constituição, para assegurar àquelas antigas populações e a seus descendentes a propriedade de suas terras.

Nas Nações Unidas, como Presidente da República, tive a oportunidade de proclamar que éramos um País mestiço e que nos orgulhámos de ser o segundo País negro do mundo. Naquele tempo também recordei que, em 1961, estava nas Nações Unidas, na Comissão de Política Especial e fui a primeira voz de um brasileiro a se levantar contra o **apartheid** na

África do Sul, tanto me revoltava o que lá acontecia. E, como Presidente, rompi relações culturais, políticas e esportivas com a África do Sul enquanto lá existisse o **apartheid**.

Portanto, a minha ligação com a causa negra é da vida inteira.

Volto à comemoração de hoje. A Abolição é uma obra em aberto. Os 124 anos que completa hoje mostram que pouco foi feito depois daquela festa inicial e que há muito ainda que fazer. Vamos realizar o ideal de igualdade, de justiça social para com os descendentes dos escravos. Temos um caminho aberto. Nossa tarefa, portanto, é fazer o ideal de José Bonifácio caminhar nesse caminho que está aberto. E o que dizia José Bonifácio? Dizia que a independência não se completara porque o País não resolvera o problema da abolição nem o problema dos índios.

Muito obrigado.

Quero transmitir a Presidência ao Senador Paulo Paim, que é, sem dúvida alguma, o maior representante defensor, nesta Casa, da causa dos negros, e vou conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque, o primeiro orador da nossa sessão e o primeiro requerente da sessão que estamos realizando. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a cada uma e a cada um. Quero iniciar não apenas fazendo a saudação formal, mas prestando homenagem ao Presidente Sarney. Ele listou uma parte daquilo que ele tem demonstrado como seu compromisso com a tentativa de fazer do Brasil um país que não tenha uma elite apenas branca, que não seja um país dividido ainda por raças, e, sim, convivendo raças diferentes. O Presidente Sarney leu apenas algumas das coisas que ele fez, e foram importantes, mas fez mais que isso, como conduziu o processo de democratização e da Constituinte que permitiu, graças à Constituição de 1988, que hoje estivéssemos aqui, inclusive debatendo os aspectos relacionados à abolição incompleta.

Quero cumprimentar a Deputada Federal Rose de Freitas, com quem temos tido uma relação muito positiva em diversos aspectos ao longo da nossa convivência. Lamento que a senhora não possa fazer uso da palavra hoje, aqui, por razões, talvez, de falar tanto quanto é preciso. Quero cumprimentar, obviamente, o Senador Paim, que, junto comigo, assinou esta convocação e que, creio, é o único negro nesta Casa. Isso é uma prova de que precisamos avançar muito ainda. Quero cumprimentar o Exm^o Sr. Mário Lisboa Theodoro, que aqui representa a Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade e a Ministra de Estado Luiza Helena de Bairros, um ex-aluno meu por quem tenho o

maior carinho. Quero cumprimentar o Marcelo Aguiar, grande amigo e colaborador, em muitos momentos, da minha carreira política. Cumprimento a Exm^a Sr^a Josefinha Serra dos Santos, que representa aqui o Governador Agnelo Queiroz. Cumprimento a Ione Maria de Carvalho, também uma velha companheira de muitas lutas, e o Presidente da ONG Negro em Movimento, jornalista Nilton Nascimento, com quem tenho tido conversas que me enriquecem muito sob o aspecto de como trabalharmos o problema da separação que ainda temos entre as nossas raças.

Minhas senhoras e meus senhores, Srs. Embaixadores e Embaixadoras, nenhum dia começa nele nem termina nele. Um dia é um ponto. O dia é uma passagem de um momento anterior para um momento futuro.

O Treze de Maio, portanto, não é o dia em que a abolição foi feita. A abolição foi um processo incompleto, mas o Treze de Maio foi o momento em que conseguimos a legalidade para impedir o absurdo instituto de permitir a venda de pessoas, de permitir o trabalho escravo de pessoas e, também, o absurdo de os negros serem tratados como escravos. Mesmo quando libertos, eram vistos ainda como que carregando o sangue escravo.

O Treze de Maio tem uma significação muito especial para a história do Brasil, por ser um ponto em uma história muito mais longa, o ponto importante em que a legalidade se realiza para fazer crime o uso da escravidão.

Em vez de falar desse dia da legalidade, eu prefiro falar do processo da história. E o processo da história começa muito antes e com muitas outras pessoas diferentes da própria Princesa Isabel, embora ela, também, tenha tido um papel no processo anterior e não apenas na sanção da lei.

Quero começar lembrando aqui – e para quem eu peço aplausos – o grande Zumbi dos Palmares. (*Palmas.*)

Sem ele, sem o seu exemplo, nós não poderíamos comemorar os 124 anos. Talvez estivéssemos comemorando muito menos tempo. Ele teve a força de começar a arrebentar cadeias que não eram visíveis, porque eram consideradas como absolutamente naturais.

Cumprimento aqueles que fizeram a Revolta dos Alfaiates, os baianos. Eu cumprimento os que fizeram parte da luta no Rio das Mortes, os guerreiros. Eu cumprimento os revolucionários malês. Eu cumprimento Luiz Gama, André e Antonio Rebouças, José do Patrocínio

André e Antônio Rebouças, José do Patrocínio, Tobias Barreto, Manuel Quirino. Eu cumprimento o negro Cosme e todos os que fizeram a Balaiada. Esses foram os que permitiram o Treze de Maio acontecer do

lado dos negros brasileiros. Esses foram os negros que deram suas vidas, e muitos morreram na luta. Esses foram os negros que levantaram as suas vozes, as suas gargantas para denunciar algo que nem deveria ser necessário denunciar porque era tão óbvio que deveria ser tratado como algo abominável. Mas o Treze de Maio não é um dia solto na história. Ele começou 300 anos antes com a luta de pessoas como essas.

Mas eu quero citar também aqueles que, do lado de brancos, tiveram a ousadia, a lucidez e a ética de lutarem pela abolição. É claro que não podemos deixar de começar não pela ordem cronológica, mas pelo papel que teve o grande Joaquim Nabuco, para quem peço tantas palmas quanto pedi para Zumbi dos Palmares. (*Palmas.*)

Tivemos outros como João Clapp, Castro Alves, Antonio Bento, a própria princesa Isabel, que eu tomei conhecimento aqui, antes de subir, pelo Newton, de que ela tinha um quilombo onde recolhia escravos fugidos e os protegia para que eles não fossem reapropriados.

Eu quero cumprimentar o José Mariano, aqueles que participaram do Clube do Cupim, Liberato Barroso, Antonio Tibúrcio, Justiniano de Serpa, João Cordeiros e uma figura que eu aprendi a admirar depois de ter estado presente na cidade de Redenção, um coronel latifundiário chamado Gil Gomes, que teve a ousadia não só de libertar seus escravos, mas algo muito mais sublime que isso: foi aos outros latifundiários ao redor dele, os outros fazendeiros que tinham escravos e tentou fazer com que todos eles libertassem seus escravos. E os outros fazendeiros disseram: “Só se comprar. Você compra e liberta.” E ele disse: “Eu compro e liberto se vocês assumirem o compromisso de que não vão contratar nem comprar outros escravos para substituir os que eu comprei.” E ele conseguiu recursos, inclusive no Rio de Janeiro, trouxe para Fortaleza, foi a Redenção, que antes não se chamava Redenção, e aí comprou todos os escravos da região e os libertou todos, quatro anos antes do Treze de Maio de 1888.

São pessoas como essas que temos que reconhecer.

Mas quero fazer mais um reconhecimento, e não é de uma pessoa, é o reconhecimento de uma instituição, a instituição da Maçonaria, que, no Brasil, teve uma luta grande pela abolição da escravatura.

Eu disse que era uma instituição, mas cito o Senador Mozarildo Cavalcanti, como representante dessa instituição.

Foras esses, senhores e senhoras, que fizeram com que o Treze de Maio não fosse um ponto solto, fosse um ponto consequência. Também não foi um ponto solto do ponto de vista da conclusão, foi um ponto solto de partida. O Treze de Maio é uma consequên-

cia e é uma partida. É uma partida para tudo que falta ainda fazer – o Senador Sarney abordou um pouco sobre isso – para que essa libertação da escravatura seja realizada.

Primeiro, falemos do ponto de partida do que se precisa fazer pelos negros brasileiros. As quotas, sem dúvida alguma, são um avanço importantíssimo para mudar a cor da cara da elite brasileira.

As pessoas acreditam que as quotas, Senador Paim, são para beneficiar jovens negros. Não. O Brasil está tirando proveito desses jovens negros que entram na universidade com as quotas, tirando proveito do fato de que eles estudaram, concluíram o ensino médio, passaram no vestibular, não se classificaram e entram para fazer um curso com uma tarefa patriótica: mudar a cor da cara da elite brasileira.

Eu fico surpreso quando vejo os que são contra as quotas dizerem que não temos direito de beneficiar um negro, prejudicando um branco. Primeiro, não prejudica o branco se você der mais vagas para os negros. Segundo, não são para beneficiar o jovem negro que entra na universidade, são para fazer com ele, pelo seu esforço, limpe a cara da elite brasileira. E limpar a cor da cara da elite brasileira é fazer com que ela não seja apenas branca, é fazer com que ela tenha as outras cores dos outros grupos étnicos e raciais do Brasil.

As quotas, que levamos tanto tempo para conquistar e com tanta resistência até hoje, são um ponto de continuação do Treze de Maio, que foi um ponto de partida.

E, aí, mais uma vez, Senador Sarney, eu o cumprimento por ter sido o primeiro a falar no assunto no mundo político, com projeto de lei. Eu o cumprimento fortemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Projeto de lei que ele aprovou no Senado, que remeteu à Câmara e que combinamos – liguei para ele à época – de colocar dentro do Estatuto da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E numa época em que isso não era entendido, como, aliás, não é até hoje, ao ponto de ter ido ao Supremo Tribunal Federal.

Mas não basta fazer com que tenhamos uma elite de brancos, negros e índios. Precisamos fazer com que sejam libertados os 13 milhões de escravos que, neste País, caminham pelas ruas, não são vendidos, mas não sabem ler. E, no mundo de hoje, não saber ler é uma forma de escravidão. (*Palmas.*)

Todo analfabeto carrega uma algaema invisível, mas é uma algaema. É uma algaema daquele que caminha na rua, sem saber o nome da rua; que toma um ônibus, sem saber o nome da rua; que pega um jornal, sem saber quais são os anúncios classificados de emprego que ali estão; que não são capazes de ter a alegria de ler uma carta recebida de um filho, de uma filha, de um neto, de uma neta; que não são capazes de escrever as cartas para os filhos, as filhas, os netos e as netas. É uma escravidão que temos que abolir no Brasil. O analfabetismo é uma forma de escravidão que não toca apenas em negros, toca em brancos também, mas a maioria é de negros.

Da mesma maneira que a cor das universidades é branca, a cor do analfabetismo é negra, e também a cor das prisões é negra, por causa das dificuldades sociais.

Não me esqueço de que, um dia, caminhando pela Universidade de Brasília com uma professora da Universidade da Califórnia, Berkeley, norte-americana, eu, reitor, entusiasmado porque os prédios brasileiros são tão bons nas universidades, perguntei para ela: que diferença você vê da nossa universidade aqui para a sua universidade em São Francisco da Califórnia?. Ela olhou para um lado, olhou para o outro e disse: “Eu, aqui, não vejo negros nas universidades; são muito poucos.” E confesso a vocês que não tive coragem de dizer para ela que aqueles poucos eram bolsistas africanos.

Temos que quebrar a escravidão do analfabetismo; temos que quebrar uma forma de escravidão que é a negação da propriedade de terra para grupos negros que vivem há séculos em alguns pedaços de terra e para os quais, até hoje, não tivemos coragem de dizer: essas terras são suas. E deixamos os latifundiários ao redor, vorazmente olhando para essas terras, esperando expulsá-los.

Temos que fazer com que não apenas se aprenda a ler, mas que todo menino e menina deste País termine o ensino médio com a mesma qualidade. Aí a gente vai, de fato, começar a dar o salto maior, que começou no Treze de maio, que começou no Treze de maio lá atrás, com Zumbi e com de Las Casas, senão no Brasil, no Caribe, defendendo os índios naquele momento, defendendo os escravos, quando chegou a hora dos escravos.

Nós temos que completar a abolição, e completar a abolição significa a escola do rico igual à escola do pobre, significa o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão, uma escola igual. É isso que a gente precisa fazer dentro da linha do que o Senador Sarney chamou de obra em aberto, que é o dia 13 de maio. É uma obra em aberto. É uma obra em aberto

que exige de nós despertarmos para os outros holocaustos, que foram e são cometidos no dia a dia da vida brasileira, senão com a mesma dimensão da escravidão, com a mesma ignomínia da escravidão, com a mesma indignação que devemos ter pela escravidão e por todos esses outros aspectos.

Quero aqui completar dizendo, Senador, que faz alguns anos que publiquei este pequeno livro; uma análise das atas das sessões que aqui aconteceram entre o dia 3 e o dia 13 de maio. Em dez dias conseguimos aqui, graças à habilidade genial de Joaquim Nabuco, é verdade, mas graças ao apoio do trono, na figura da Princesa Isabel, em dez dias conseguimos completar o que Zumbi tinha iniciado e por que tantos outros haviam lutado, há séculos atrás.

É preciso fazer com que esses dez dias sejam complementados daqui para frente lutando por outras leis. Não vou citar todas, vou citar apenas uma. Temos a obrigação de, nos próximos dias ou semanas, Senador Sarney, aprovarmos aqui a lei que transforma em crime e permita a desapropriação de terras de qualquer um que for dono de propriedade onde haja trabalho escravo. Se não aprovarmos aqui a lei, que está vindo da Câmara, que aprovou com uma votação estupenda... Eu faço parte da subcomissão de direitos humanos de luta contra o trabalho escravo.

Quero até justificar aqui a não presença do Deputado Domingos Dutra, que é o nosso Presidente. Mas, quando nos reunimos com Marco Maia, o Presidente da Câmara, tentando fazer com que fosse aprovado no dia 13 de maio deste ano, achávamos que íamos perder a votação. Não acreditávamos que íamos ganhar. Não conseguimos o 13 de maio, mas, dez dias depois, a lei foi aprovada na Câmara.

É hora de o Senado não deixar passar nem dez dias, Senador Sarney. É o apelo que lhe faço: que em poucos dias, isso, chegando aqui, transforme-se em lei. Alguns dizem que pode haver injustiça, porque a definição de escravidão, hoje, não é igual à de antes. Primeiro, porque não tem aquilo que identificava tão facilmente o escravo, que era a cor. Pelo menos isso acabou, do ponto de vista racial. Mas, do ponto de vista moral, há uma mudança pequena, porque continua havendo a escravidão. Mas alguns dizem que é difícil saber o que é escravidão, qual é a diferença do alojamento de um trabalhador para uma senzala. Alguns dizem que isso depende da figura do fiscal do Ministério do Trabalho. E aqui temos o Dr. arquiteto Marcelo Aguiar, que é do Ministério do Trabalho. É possível que aqui e ali possa um fiscal exagerar, mas isso não pode justificar o adiamento dessa lei.

Nós não tivemos o privilégio, Senador Sarney, de estar, nesta Casa, entre os dias 3 e 10 de maio

de 1888. Aproveitemos a chance de estar aqui neste maio/junho de 2012 e demos um passo adiante para completar uma lei que ainda não está completa, mas que, mesmo assim, merece uma sessão especial, porque foi um simples ponto na história, mas um ponto muito importante.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Eu convido o Senador Cristovam a presidir os trabalhos. Ao mesmo tempo, chamo neste momento o Deputado Onofre Santo Agostini, pela Liderança do Partido Social Democrático, PSD, na Câmara dos Deputados.

O orador subsequente seria eu. Então, passo a Presidência para o Senador Cristovam.

Estamos dando cerca de dez minutos para cada orador.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; desejamos cumprimentar também a Exmª Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputada Federal Rose de Freitas, que neste ato também representa a Câmara dos Deputados e o Deputado Federal Presidente Marco Maia; queremos cumprimentar o Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque que neste momento preside esta sessão e é um signatário da presente sessão; também o Exmº Sr. Senador Paulo Paim, que também é signatário da presente sessão; queremos cumprimentar, respeitosamente, o Exmº Sr. Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, Exmº Sr. Mário Lisboa Theodoro, representando a Ministra de Estado Exmª Srª Luiza Helena Barros; queremos cumprimentar também o Secretário-Executivo Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego, Exmº Sr. Marcelo Aguiar, representando o Ministro de Estado, o Exmº Sr. Ministro Brizola Neto; queremos cumprimentar a Secretária Especial de Promoção de Igualdade Racial do Governo do Distrito Federal, Exmª Srª Josefina Serra dos Santos; queremos cumprimentar também a Diretora de Ciência e Cultura da Secretaria do Cidadão e Cultura do Ministério da Cultura, Srª Ione Maria de Carvalho, representando a Ministra de

Estado, a Exmª Srª Ana Hollanda; Presidente da ONG Negro em Movimento da Bahia, jornalista Nilton Nascimento; Srs. Senadores, Srs. Deputados, amigos presentes, de modo muito especial, queremos nos dirigir, nesta sessão tão importante, destinada a comemorar os 124 anos da abolição da escravidão, a todos os prezados brasileiros que nos honram neste momento com a sua audiência através da televisão.

Quero parabenizar o Congresso Nacional por abrir suas portas e trazer a público um assunto tão significativo para a história brasileira e mundial.

Estou convicto de que esta é uma data que foi conquistada com muita dificuldade. Suor, sangue, lágrimas e decepção foram, sem dúvida, o alicerce daquele acontecimento.

Ao olharmos para as páginas dos livros da história, certamente contemplaremos um fato maravilhoso. Os holofotes se voltam para a Princesa Isabel, a protagonista de uma cena que, ao assinar a Lei Áurea, mudaria a vida de milhões de negros da época.

Porém, exatos 124 anos depois, a sanção que temos é que aquele estrondoso episódio não teve os desdobramentos que os recém-liberados esperavam.

Para nós que lutamos por uma sociedade mais justa e igualitária e que vivemos no século XXI, parece que a abolição da escravidão foi apenas uma lenda ou um evento registrado somente nos anais da monarquia brasileira do século XIX.

Esta sessão solene deve servir para recordarmos que a escravidão não foi apenas um problema do passado. Hoje, milhões de homens, mulheres e crianças são comprados e vendidos como bens móveis, forçados a trabalhos em regime de servidão, mantidos como escravos para fins religiosos ou de rituais, traficados de um país para outro para serem vendidos e obrigados a se dedicarem à prostituição. Estas ainda são as formas da escravidão que precisamos combater.

Ao subir nesta tribuna, Sr. Presidente, nobres Senadores e Deputados, desejo relatar-vos os momentos que antecederam àquele grande feito; como o herói do movimento abolicionista, Ganga Zumba, deu sua vida em favor da liberdade de milhares de negros. Poderia, também, contar como era a vida nos quilombos e o que representou o principal deles: o Quilombo dos Palmares.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, creio que é melhor aproveitar este importante espaço para defendermos ações que enalteçam a justiça, a liberdade de oportunidades, o bem-estar e o direito à cidadania de todos os brasileiros. Só assim, verdadeiramente, teremos uma sociedade mais justa e mais fraterna.

O Brasil e as demais nações carecem de paz. As pessoas trabalham em dois ou três empregos para

conseguirem sustentar suas famílias. É preciso ter mais atitude e menos retórica; mais amor e menos egoísmo.

A escravatura foi a primeira violação dos direitos humanos que lutamos para que desaparecesse do nosso meio.

Passados 124 anos, ainda há marcas de muito sofrimento, mortes e desolação. Na realidade, senhoras e senhores, o trabalhador brasileiro nunca ganhou nada de presente. Pelo contrário. Todas as vitórias foram conquistadas num processo lento, complexo e quase sempre doloroso. O nosso próprio processo de independência foi bem traumático e cercado de dúvidas. Se verificarmos bem, a abolição da escravatura não passou de uma legitimação do que estava prestes a acontecer.

A aristocracia e os governantes daquela época já não estavam mais conseguindo frear os ânimos acalorados daqueles que desejavam impacientemente mudanças radicais: a liberdade, como aqui foi dito pelo grande Senador Cristovam.

A alforria dos escravos foi a saída encontrada para impedir que uma revolta de proporções gigantescas acontecesse. Não foi um presente de um governante bonzinho. A confusão era iminente.

Não quero, com meu pronunciamento, parecer negativista. Quero mostrar que realmente nos desenvolvemos como Nação e que crescemos como cidadãos. Isso é inegável, mas podemos fazer muito mais.

O trabalho escravo, por exemplo, foi e ainda está sendo debatido neste Parlamento. Isso prova que, aparentemente, um assunto resolvido há mais de cem anos está vivo, como nunca, na nossa sociedade. Todas as formas de escravatura são repugnantes e devem ser erradicadas.

Portanto, somos todos vítimas do abuso e da ganância do poder econômico, da insegurança na nossa sociedade, da precária saúde pública, de uma educação que não nos coloca em pé de igualdade com os países desenvolvidos, do desrespeito praticado principalmente pelos mais jovens aos mais velhos, entre muitas aberrações pós-modernas.

Essas, sim, são as verdadeiras facetas da escravidão, esse animal feroz que deve ser combatido diuturnamente.

Para finalizar, Sr. Presidente, em nome do Partido Social Democrático e em meu nome pessoal, gostaria de destacar, em alto e bom som, que nenhum ser humano é propriedade particular de ninguém. Devemos reafirmar o nosso compromisso de abolir a escravatura em todos os níveis e de assegurar o respeito pelos direitos e pela dignidade de todas as pessoas em toda parte.

Vivamos a verdadeira abolição da escravatura!

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria dizer. Mas, ao encerrar, queria também prestar minha homenagem à grande Antonieta de Barros, a catarinense Antonieta de Barros, que foi a primeira deputada negra, filha de uma lavadeira negra, mas que honrou o parlamento catarinense por ter sido eleita a primeira deputada estadual negra na história do Brasil.

Viva Treze de Maio! Viva o Brasil! Viva o Congresso Nacional!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Cumprimento o Deputado Onofre Santo Agostini e agradeço muito trazer aqui o nome da Deputada, porque muitas vezes a gente esquece. E foi um fato importante, uma mudança da visão “branquista” brasileira para a possibilidade de uma visão multirracial.

Passo a palavra agora, com muito prazer, ao Senador Paulo Paim, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam, que preside esta sessão, os que estão assistindo ali debaixo, ao verem esta pilha de papel, vão dizer: “Ele vai ler tudo isso? Então, ele trouxe um livro para ler.” Não se preocupem, porque não vou ler. Isso só vai ficar nos Anais da Casa.

Cumprimento o Senador Cristovam, primeiro signatário, e também o Deputado Dutra, que não está aqui, neste momento; o Secretário Executivo da Seppir, que representa aqui a Ministra Luiza Helena de Bairros; o meu amigo que nos ajudou na construção do Estatuto, Mário Lisboa Theodoro; o Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Marcelo Aguiar, que representa o Ministro do Trabalho, Brizola Neto.

Cumprimento a Secretária Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Srª Josefina Serra dos Santos. Diga-se que é um dos poucos governos que têm uma Secretaria tão forte quando a sua. Meus cumprimentos.

Cumprimento a Diretora de Acesso à Cultura, Srª Ione Maria de Carvalho, do Ministério da Cultura, que aqui representa a Ministra, Srª Ana de Hollanda, gaúcha também. É uma alegria recebê-la aqui. E também o presidente da ONG Negro em Movimento, da Bahia, jornalista Nilton Nascimento.

Senador Cristovam, faço um apelo a V. Exª, para que bote meus dez minutos lá, porque, se não, falo muito mais do que dez. Já ganhei dois minutos, porque o senhor não botou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É porque, para o senhor... Não se preocupe com o tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, só dez. Só dez.

Quero também cumprimentar no plenário, permita-me, o Líder do Governo aqui no Congresso, o companheiro Pimentel, Senador da República.

Cumprimento o Movimento Sindical aqui presente, tanto pelo Fórum Sindical, como também pelo Fórum dos Aposentados, a Cobap, aqui representada.

Quero cumprimentar as religiões de matriz africana, tão discriminadas, e a essa religião eu peço uma salva de palmas e ao combate ao preconceito a todas as religiões – evangélicas, católicas, enfim, a todas as religiões. *(Palmas.)*

Vocês me relatavam antes o que vem acontecendo.

Eu queria fazer uma fala rápida, mas começo dizendo: que bom que, depois de 12 anos, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC de Combate ao Trabalho Escravo. Enfim, aprovou. Foi uma grande decisão. Faz uma pequena mudança, diz que “o trabalho escravo será combatido no campo e na cidade”. Isso é positivo e é bom.

Por isso, Cristovam, na mesma linha de V. Ex^a, esta sessão deve ter esta simbologia: que a PEC do Trabalho Escravo seja aprovada rapidamente, antes do recesso parlamentar.

Só quero dizer a todos que fico um pouco preocupado com o dito acordo que houve, de que nós não participamos, de que há que se regulamentar o trabalho escravo. Trabalho escravo a gente proíbe, a gente não regulamenta. *(Palmas.)*

Há que se aprovar a PEC e não há que se regulamentar trabalho escravo, até porque o Código Civil já diz, e a legislação é ampla. E o Ministério do Trabalho, os fiscais atuam e já definem com clareza o que é o trabalho escravo.

Eu quero também, nestes 124 anos da abolição não conclusa, da liberdade que efetivamente não veio com direitos, destacar aqui a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Eu poderia até dizer aqui que é de minha autoria, mas não é isso que eu quero dizer. Quero dizer que o Estatuto da Igualdade Racial poderia ir mais além, mas foi construído com a participação de negros e brancos que lutam pela liberdade, pela igualdade e, principalmente, com o trabalho brilhante da Seppir. Mas só foi aprovado porque um cidadão que estava doente e ainda está doente, em recuperação, ligou e pediu para sua base: “Embora haja algumas contradições”, dizia ele, “eu quero que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado”. Por isso, palmas para ele: Luiz Inácio Lula da Silva. *(Palmas.)*

Foi ele quem deu a palavra final para o Estatuto da Igualdade Racial ser aprovado. Muitos dizem que é,

sem sombra de dúvida, a lei mais importante na linha da verdadeira liberdade do povo negro.

Quero também aqui, Senador Cristovam, de tantas polêmicas hoje na sociedade, pedir uma salva de palmas para o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal foi corajoso quando disse para a UNE: “É constitucional, cotas são constitucionais nas universidades públicas e nas universidades privadas.” *(Palmas.)*

Quero aqui dizer aos Senadores e às Senadoras que, para mim, tem a ver fazer uma pequena homenagem ao povo quilombola: a aprovação recente, aqui no Congresso, do nosso, eu diria, Código Florestal. Quero aqui uma salva de palmas porque a Presidenta Dilma vetou, sim, 12 ou 13 artigos do Código Florestal, para garantir um Código que respeite efetivamente o nosso interesse, o interesse do povo quilombola, que sempre respeitou o meio ambiente, sempre respeitou as florestas, a terra e os rios. Principalmente agora, que estamos aí com a Rio+20.

Por fim, Sr. Presidente, queria aqui dizer para todos que lamentei muito o que aconteceu em São Paulo, agora, no dia 22, quando alguns angolanos estavam eu um bar, conversando, tomando refrigerante e cervejinha, quando houve uma discussão. Dois homens brancos chamaram-nos de tudo o que vocês podem imaginar e saíram. Depois voltaram, atiraram e mataram.

Resumindo a história, um homem desceu de um veículo, num segundo momento, e atirou contra os angolanos: Zulmira de Souza Borges Cardoso, de 26 anos, estudante de Engenharia, que foi baleada e morreu no local; Celina Bento Mendonça, de 34, grávida de oito meses, foi ferida pelos mesmos criminosos, recebeu dois tiros, um deles na barriga; Gaspar Armando Mateus, de 27, foi baleado na perna; Renovaldo Manoel Capenda, de 32, também foi atingido; Gaspar, 27, e Renovaldo, 32, receberam alta e estão bem.

Por que estou lendo isso aqui?

Eu procurei, li, mandei pesquisar porque eu queria o nome dos dois criminosos, mas eles não aparecem. Eu não sei. Nas notícias não aparecem os nomes dos criminosos; só aparecem os nomes das vítimas.

Eu vou descobrir os nomes dos dois criminosos e vou citá-los da tribuna. Se não, será como lembrar o passado e saber que a gente não tem os nomes dos escravocratas, porque foram queimados; só temos os nomes dos abolicionistas. Eu quero saber quem foram os dois bandidos que mataram os angolanos. Esse nome tem de ser dito. *(Palmas.)*

Dão os nomes do angolanos porque eles são de outro país, mas não dão os nomes dos dois assassinos que atiraram, covardemente, num grupo de jovens que estavam num bar, depois de terem sido ofendidos.

Termino aqui a minha fala, Senador Cristovam, só dizendo que tenho uma grande esperança: a de que, efetivamente, este Senado siga o exemplo da Índia, da Malásia, dos Estados Unidos, da África do Sul, do Canadá, da Austrália, da Nova Zelândia, da Colômbia e do México. Por que estou dizendo isso? Porque, nesses países, a Suprema Corte decidiu a favor das cotas, e, em seguida, os Congressos desses países votaram uma lei garantindo as cotas em todo o território nacional.

Aqui no Brasil, numa data histórica – nós viemos à tribuna e comentamos isso –, a Suprema Corte reconheceu o direito às cotas para os negros, pobres e índios.

Pois bem, não dá mais para esperar. Eu já conversei muito com a Seppir, com todos os companheiros da Seppir, e também com os Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e ficou acertado que, na próxima quarta-feira, a CCJ do Senado vai votar as cotas pela manhã, e, à tarde, elas serão votadas aqui no plenário! Eu espero poder jogar flores, das galerias, nos Senadores, para a gente aprovar no Brasil, definitivamente, a política de cotas!

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

Senador, considere, na íntegra, o meu discurso como lido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Sessão Especial Conjunta do Senado/Câmara para celebrar os 124 anos da Abolição da Escravatura (Abolição não concluída).

Proponentes: Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, Deputado Domingos Dutra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os versos do poeta espanhol Antônio Machado talvez sejam a mais nítida expressão da essência e dos desafios que permeiam nossas vidas.

*O Caminho se faz caminhando
Caminhante, as tuas pegadas
São o caminho e nada mais;
Caminhante não há caminho,
O caminho faz-se ao andar.
Ao andar faz-se o caminho
E ao olhar-se para atrás,
Vê-se a senda que jamais,
Se há-de voltar a pisar.
Caminhante não há caminho,
Somente sulcos no mar.*

Ensina o poeta que a vida é um espaço de tempo cheio de obstáculos. Os momentos difíceis, na maioria das vezes, servem de trampolim para a felicidade.

Posso afirmar que nossa passagem na terra é como um caminho que nos ajuda a refletir sobre os nossos passos.

Hoje, após respirar os ares da decisão do Supremo Tribunal Federal que decidiu, no dia 26 de abril, pela constitucionalidade das cotas por unanimidade, faço uma viagem no tempo para analisar os anos de Governo do Presidente Lula, de 2003 a 2010, período que coincidiu com o meu primeiro mandato como Senador da República.

Lula foi, sem dúvida, um governante com o olhar voltado para as questões sociais. Ele conseguiu implementar programas sociais e de distribuição de renda, como o Bolsa Família, o Prouni, o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos, e muitos outros.

Foi capaz de consolidar uma política de reajuste do salário mínimo.

Política essa que tenho orgulho de dizer que ajudei a construir, por meio do diálogo com especialistas, trabalhadores, estudantes, parlamentares e com os movimentos sociais.

Vale lembrar que na questão dos aposentados e pensionistas ainda não foi conquistada uma política real e permanente que atenda à defasagem histórica desse segmento da sociedade.

Na consolidação das políticas de igualdade racial e de combate ao racismo, preconceito e discriminação, é bom lançarmos um olhar para o passado.

Abdias do Nascimento já afirmava que a luta do negro no país começou quando o primeiro africano pisou no Brasil.

Cerca de 24 milhões de negros foram traficados da África entre os séculos XV e XIX.

Somente para o Brasil vieram mais de 10 milhões de africanos, sendo que milhares deles morreram asfixiados, de fome ou de desnutrição nas travessias dos navios negreiros.

Outros tantos se jogaram ao mar, inclusive mães com seus filhos que morreram com a esperança de que poderiam retornar para a Pátria Mãe África.

No período da escravidão, grandes barbáries foram praticadas, centenas de mulheres foram estupradas, crianças foram violentadas.

Os castigos e torturas faziam parte do cotidiano dos negros escravizados, submetidos a trabalhos forçados. Mesmo com tamanha opressão a resistência permaneceu firme e nos trouxe aos dias de hoje.

Segundo documento apresentado em Durban, África do Sul, na III Conferência Mundial contra o Racismo:

“os quatro séculos de trafico de seres humanos em condições de escravos são seguramente uma das formas mais cruéis e desumanas desenvolvidas pela civilização para garantir poder, riqueza e perpetuar valores de superioridade”.

O país instalou a “Comissão da Verdade” para apurar violações aos direitos humanos que ocorreram entre 1946 e 1988, período que inclui a Ditadura Militar.

A fim de saber os verdadeiros danos da escravidão contra o povo negro e indígena, estamos buscando a criação de uma Comissão aos moldes da “Comissão da Verdade”.

Entre tantos fatos que o Brasil precisa descobrir, queremos resgatar a história dos Lanceiros Negros, que lutaram na Revolução Farroupilha (1835/1845) no Rio Grande do Sul.

Eles lutaram por liberdade e justiça... Foram traídos e assassinados. Transcrevo o poema, de minha autoria, em homenagem a esses heróis.

Negros Lanceiros

Noite de Porongos

Noite da traição.

*Lanceiros, sei a noite em que morreram,
14 de novembro de 1844.*

Não sei o dia em que nasceram.

Não sei os seus nomes.

Só sei que em tempo de guerra

Vocês foram assassinados em nome da paz.

Somos todos lanceiros.

Queremos justiça. Somos amantes da paz e da vida.

Lanceiros, guerreiros, Baluartes da liberdade.

Lutaram e morreram sonhando com ela,

Negro lanceiro,

Mesmo quando tombou,

Dizia

Sou um lanceiro,

Sou negro, sou

Liberdade, liberdade, liberdade...

Poema inspirado na Batalha de Porongos, em 14 de novembro de 1844. Na qual lanceiros negros republicanos e farroupilhas se aniquilaram mutuamente por ordem dos chefes militares, que não pretendiam conceder-lhes liberdade.

Sr. Presidente, Negros e brancos, irmanados, provocaram uma grande ruptura no sistema social escravocrata brasileiro.

Sabemos do importante papel que a resistência nos Quilombos, o movimento abolicionista e a pressão internacional, em especial, a comercial, tiveram na abolição.

As lições da vida, da história e da correlação de forças sociais e políticas que vivenciamos até os dias de hoje demonstram que a abolição não concluída é uma tática das elites para frear a igualdade de direitos e oportunidades, como aconteceu com as legislações antes e pós “Lei Áurea” em que também podíamos perceber o caráter de medidas feitas a conta gotas:

Em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu a chegada de embarcações negreiras no país.

No ano de 1871, a Lei do Ventre Livre estipulou que todos os filhos de escravos que nascessem após o ano de publicação daquela norma fossem considerados libertos.

Em 1885 a Lei dos Sexagenários determinou que os escravos maiores de sessenta anos fossem imediatamente libertados.

Em 13 de maio de 1888 é aprovada a Lei Áurea.

No entanto, o dia 14 de maio iniciou com o silêncio e a inércia estatal em criar políticas públicas para os negros “libertos” e seus descendentes.

Para Florestan Fernandes, a desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre.

Sr. Presidente, Constituição de 1988 – o alicerce da igualdade. Lembro que a Constituição Cidadã foi muito importante em vários aspectos, entre eles na tipificação do crime de racismo como inafiançável e imprescritível no reconhecimento das terras quilombolas e no estabelecimento pela busca da igualdade formal.

A presença do nosso sempre mestre, Abdias do Nascimento, foi de extrema importância no período preparatório à Constituinte.

Na redação do texto atuamos junto com os Deputados Edmilson Valentin, Carlos Alberto Caó e Benedita da Silva que também deram voz ao movimento negro.

Recordo quando o deputado Ulisses Guimarães leu, em 10 de março de 1988, a aprovação da emenda que tornava o racismo crime imprescritível:

“A Assembleia Nacional Constituinte, ao aprovar a emenda de autoria do Deputado Carlos Alberto Caó, em sessão por mim presidida a 2 de Fevereiro de 1988, adotou decisão histórica, sem precedente na vida da República, que assentará as bases institucionais para afirmar o caráter heterogêneo, plurirracial e pluricultural do Estado, da Sociedade e da Economia Brasileira.

A emenda Caó, dispondo que “a prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito

à pena de reclusão, nos termos da lei”, obteve uma ampla votação, 520 votos favoráveis, 2 contrários e uma abstenção.

Pela sua expressão, esse resultado consagra o desempenho do jovem parlamentar fluminense na Assembleia Nacional Constituinte.

A aprovação da emenda Caó representa uma significativa contribuição, à convivência democrática”.

Em 1989, a pedido de Caó, relatei a primeira lei ordinária que regulamentou esse dispositivo constitucional, Lei 7716, de 05 de janeiro de 1989, que tipificava o crime de racismo.

Mas, no decorrer dos anos, os juízes, em sua maioria, passaram a considerar os casos como injúria (ofensa à honra, à dignidade ou ao decoro de alguém), e não como racismo.

Assim, lutamos para aprovar a Lei 9.459, de 13 de maio de 1997, de nossa autoria, que dá ao crime de injúria racial a mesma pena do racismo.

A aprovação dessas Leis coíbe os abusos praticados e pune os criminosos. Isso representa um caminho para que um dia possamos viver numa sociedade onde a consciência da igualdade e da justiça prevaleçam sobre a Lei.

Sr^{as} e Srs. Senadores, 2003 a 2010, anos de consolidação das lutas.

Tenho orgulho de dizer que sou um descendente quilombola e desde que pisei no Congresso Nacional, construí uma trincheira no Parlamento, em parceria com os movimentos sociais, que resultaram em pronunciamentos, audiências públicas e projetos de lei.

Lutamos juntos pelos trabalhadores, aposentados, pensionistas, pelos direitos humanos e sociais, e em especial pela população negra.

Tudo na sociedade é um processo. Nós vamos avançando, dentro do que é possível. A realidade no Congresso Nacional, em pleno século XXI, é que não existem 10% de deputados e deputadas negros e apenas um senador negro.

Em 2003, a lei 10.639 foi a primeira sancionada pelo Presidente Lula com relação à população negra. Ela materializou a esperança de novos tempos em que as escolas passaram a trabalhar os valores históricos e culturais de negros e indígenas.

Em 1988, apresentei o PL 678, que em sua redação inicial fazia constar que tanto a História da África, quanto a História do Negro brasileiro, integraria a disciplina de História, do mesmo modo que acontece com a História Geral e do Brasil.

No decorrer da tramitação chegou-se a um acordo de que a matéria deveria ser “História Geral da África e do Negro no Brasil”, como uma única disciplina.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado. Após ficar engavetado durante oito anos, o PL 678/88 foi arquivado.

Em parceria com o movimento negro continuamos lutando e, em 1999, a proposta foi reapresentada pela então pelos deputados Esther Grossi – PT/RS e Ben Hur Ferreira -PT/MS, sendo encaminhada para o Senado Federal em 2002 e sancionada em 2003.

A Congregação Judaica do Brasil afirma:

Assim, as crianças negras, brancas, indígenas, orientais terão a oportunidade de aprender e partilhar um pouco mais sobre a formação do Brasil.

Também em 2003, tivemos que protestar contra o livro distribuído na rede pública de ensino, chamado “Banzo, Tronco e Senzala”, que feria a autoestima da comunidade negra e continha termos preconceituosos. A Editora Harba prontamente atendeu nossa reivindicação e retirou o livro de circulação.

Naquele ano foi criada a Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial – Seppir para concretizar políticas públicas no combate à discriminação. Ela tinha à sua frente a Ministra Matilde Ribeiro.

Iniciativas não paravam de surgir. O presidente Lula indicou o primeiro negro para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

No plenário do Senado Federal manifestei minha opinião favorável à indicação do Dr. Joaquim Barbosa para o STF, reconhecendo a sua capacidade técnica e experiência jurídica.

Nas universidades conseguimos implementar o sistema de cotas para negros.

A UnB foi a primeira Universidade Federal do país a entender a importância da integração do Brasil nas salas de aula, ao destinar 20% das vagas aos afro-descendentes.

Um ano antes, a UERJ já havia adotado as ações afirmativas e destinado 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública, com percentual para negros e índios.

Em Porto Alegre, nos concursos públicos, 12% das vagas foram reservadas aos negros.

O momento apontava que, cada vez mais, o Estado brasileiro precisava definir parâmetros para a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial e inclusão e construir diretrizes e políticas públicas transversais de igualdade racial.

Concentramos esforços nos debates sobre o Estatuto da Igualdade Racial, que trata de temas não contemplados na legislação: trabalho, saúde, educação, moradia, segurança, esporte, cultura, lazer.

Sr. Presidente, em 1990 estive na África do Sul com Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim, Domingos Leoneli e João Hermann.

Nós exigíamos, em nome do povo brasileiro, a liberdade de Nelson Mandela. Naquele momento recebi, das mãos de Winnie Mandela, a “Carta da Liberdade” que continha um programa fundamental para a causa anti Apartheid.

Ela foi divulgada em 1955, pelo Congresso do Povo, do qual Mandela fazia parte, o preâmbulo dizia:

Nós, o Povo da África do Sul, declaramos para todo o nosso país e o mundo sabem: que a África do Sul pertence a todos que nela vivem, negros e brancos, e que nenhum governo pode reivindicar autoridade a menos que seja com base na vontade de todas as pessoas; que nosso povo tem sido roubado em seu direito natural à terra, à liberdade e à paz por uma forma de governo fundamentada na injustiça e na desigualdade; que o nosso país nunca será próspero

ou livre até que todo o nosso povo viva em fraternidade, gozando dos mesmos direitos e oportunidades; que apenas um Estado democrático,

baseado na vontade de todas as pessoas, pode garantir, a todos, os seus direitos naturais inalienáveis, sem distinção de cor, raça, sexo ou credo.

E, portanto, nós, o povo da África do Sul, negros e brancos em igualdade, irmãos e conterrâneos, adotamos esta Carta da Liberdade e comprometemo-nos a lutar juntos, sem poupar nem força ou coragem, até que as mudanças democráticas aqui definidas forem vencedoras.

O movimento negro no Brasil ansiava por uma legislação que realmente contemplasse suas necessidades.

A carta da liberdade somou-se a esse anseio, inspirando-me na criação do Estatuto da Igualdade Racial.

E assim, apresentei em 2000, enquanto Deputado Federal, o Projeto de Lei nº 3198 para instituir o Estatuto. O projeto surgiu como uma força provocadora, despertando as consciências e embalando a luta da comunidade negra.

A tramitação do texto foi um verdadeiro aprendizado. Foram anos de encontros, em praticamente todos os estados do Brasil, ouvindo a comunidade negra e branca, sindicalistas, professores, advogados, promotores de justiça, parlamentares, enfim, profissionais de todas as áreas, pessoas de todas as classes sociais, etnias e idades.

No período em que estive na Comissão Especial da Câmara, foram realizados 23 debates sobre o assunto, além de dezenas de reuniões administrativas.

Ao fim, o Deputado Reginaldo Germano (PFL/BA) apresentou um substitutivo ao projeto, aprovado por unanimidade. A proposta ficou engavetada no plenário da Câmara dos Deputados.

Quando assumi meu primeiro mandato de Senador, reapresentei o projeto e iniciou-se uma nova tramitação. O projeto de lei de 2000 ficou para trás, mas não esquecemos os debates.

Assim, sob a designação PLS nº 213/2003, o texto começou a tramitar no Senado.

Passou por quatro Comissões, foram realizadas diversas audiências internas e externas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, além de teleconferências com as 27 Assembleias Legislativas do país.

O substitutivo ao projeto do Estatuto, elaborado pelo Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA), foi aprovado.

A contribuição dada por ele e pelos Senadores Roseana Sarney(PFL/MA), César Borges (PR/BA) e Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) foi fundamental para aprovarmos a matéria no Senado.

Infelizmente, o Senado retirou do texto a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, que havia sido incluída pela Câmara.

Criou-se uma polêmica durante a tramitação no Senado Federal devido à inconstitucionalidade de origem.

Para resolver essa questão apresentei a Proposta de Emenda Constitucional nº 02 de 2006. Essa PEC pretende alterar os artigos 159 e 239 da Constituição Federal e acrescentar o art. 227-A a seu texto, para dispor sobre o tema.

Depois de aprovado, o Estatuto da Igualdade Racial foi enviado à Câmara dos Deputados em 29 de novembro de 2005. A pressão popular foi muito importante ao longo desses anos.

Destaque-se que, no mesmo ano, foram realizadas duas marchas em Brasília para a aprovação do texto. Mesmo assim, por falta de acordo, a matéria ficou paralisada por três anos.

Em 2008, o movimento negro enviou cem mil assinaturas ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT/SP) o que fez com que ele, prontamente, instituísse, em 10 de março de 2008, a Comissão Especial para debater o tema, sob a presidência do Deputado Carlos Santana (PT/RJ) e do Relator da matéria, Deputado Antônio Roberto (PV/MG). O relator apresentou substitutivo que foi aprovado no mês de novembro de 2009.

Após quatro anos acompanhando o projeto passado na Câmara dos Deputados, fui obrigado a reconhecer o esforço de todos os deputados da Comissão, em especial do Deputado Carlos Santana e do relator Antônio Roberto.

O debate não foi fácil. Notamos que o texto aprovado já apontava novas alterações que suprimiam direitos importantes.

Foram suprimidas as cotas nas universidades, no mercado de trabalho, na mídia, foi reduzido o percentual para as candidaturas negras na política, foi suprimido o capítulo específico para as mulheres negras, bem como os procedimentos para a titulação das terras quilombolas.

De volta ao Senado Federal, durante o processo de revisão, o Estatuto da Igualdade sofreu um duro golpe na Comissão de Constituição e Justiça.

O relator, senador Demóstenes Torres (DEM/GO), suprimiu mais artigos, relativos à saúde da população negra, ao mercado de trabalho, ao percentual de candidaturas negras e o conceito sociológico de raça foi substituído por etnia.

O parecer do relator foi duro. Fui à Tribuna do Senado, em dezembro de 2009, solicitar que não aprovássemos o Estatuto da Igualdade Racial sem ouvir as lideranças do movimento negro.

A minha esperança era que ocorresse uma reação por parte da comunidade negra, pois acredito que a luta diária por igualdade e justiça ocorre nas ruas, nas praças, nos bairros, nas entidades, no governo, nas comunidades, nas universidades, no trabalho.

Nos Três Poderes da República é o rufar dos tambores nas ruas que promove as mudanças.

Após 20 anos de luta, em 16 de julho de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial e Social foi aprovado no Senado Federal, por unanimidade.

Confesso que tive resistência em votar o texto com tantas modificações, mas, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial– Seppir e cerca de vinte lideranças do movimento negro, com exceção do Movimento Negro Unificado– MNU, analisavam o acordo como positivo.

A Casa Civil da Presidência da República entrou em contato comigo e ponderou que, na regulamentação do texto, seriam proporcionados grandes benefícios para a comunidade negra.

Não desejava fazer do Estatuto uma luta eterna, afinal, o texto não era meu, e sim da sociedade.

É importante destacar também que, no diálogo para a votação do projeto, o Senador Demóstenes Torres (DEM/GO) e eu tivemos que negociar até chegarmos ao texto que foi possível aprovar, e não ao ideal.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveu um quadro comparativo no qual constam as principais propostas suprimidas ao longo da tramitação do Estatuto e também aquelas que foram mantidas.

Como disse, eu queria ver aprovado o projeto original, mas cumpro acordos. Depois de aprovado no Senado, o texto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 20 de julho de 2010, transformando-se na Lei 12.288/2010.

O texto aprovado não foi o ideal, mas sim, o possível. As decisões tomadas não contemplaram os anseios, mas devem servir de esteio para continuarmos lutando para conquistar mais direitos.

O Estatuto é fato, é real e precisamos nos apropriar dele.

O Estatuto da Igualdade Racial tem um valor simbólico, jurídico, moral e histórico.

É um instrumento que norteia a luta dos movimentos sociais, governos e gestores na esfera federal, estadual e, o mais importante, nos municípios brasileiros.

Ele é um marco na história do povo negro, um divisor de águas. Certamente a história das lutas e da elaboração de políticas públicas será dividida entre o antes e o depois da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

O fato de não termos aprovado o texto original não me impedirá de continuar buscando avanços e estarei pronto para debater, em um próximo momento, pontos importantes para a comunidade negra, como é o caso das cotas nas universidades.

Hoje, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), sob a liderança da Ministra Luiza Bairros, cumpre um papel fundamental na responsabilidade da implementação do Estatuto.

A secretaria declarou que 82% do Estatuto da Igualdade Racial é autoaplicável, e que apenas 12 artigos precisam ser regulamentados.

A luta pela aprovação do PLC 180/2008, que institui reserva de vagas nas universidades públicas para alunos das escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência, vai continuar.

Nesse sentido é preciso pontuar que foi louvável a atitude do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Brito, ao colocar em votação, na primeira sessão sob sua presidência, a questão das cotas e posicionar-se em favor delas.

Da mesma forma, aconteceu com o belo voto dado por ele, como Relator, a favor do Prouni que reserva vagas para alunos oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Destacamos também o voto do Ministro Relator Ricardo Lewandowski sobre as cotas nas universida-

des públicas. Esse é um voto que entrará para a história, pois foi uma verdadeira aula de direitos civis no plenário do Supremo Tribunal Federal.

Todos os ministros acompanharam o voto do relator. O ministro Luiz Fux sustentou que a Constituição Federal impõe uma reparação de danos pretéritos do país em relação aos negros.

A ministra Rosa Weber defendeu que cabe ao Estado “adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico”.

Já a Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha destacou que o sistema de cotas da UnB é perfeitamente compatível com a Constituição, pois a proporcionalidade e a função social da universidade estão observadas.

O Ministro Joaquim Barbosa afirmou que o voto do ministro Lewandowski praticamente esgotou o tema em debate.

Ressaltou, porém, que “não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política.

O Ministro Cezar Peluso afirmou que é fato histórico incontroverso o déficit educacional e cultural dos negros, em razão de barreiras institucionais de acesso às fontes da educação.

O Ministro Gilmar Mendes reconheceu as ações afirmativas como forma de aplicação do princípio da igualdade.

O Ministro Marco Aurélio disse que as ações afirmativas devem ser utilizadas na correção de desigualdades, com a ressalva de que o sistema de cotas deve ser extinto tão logo essas diferenças sejam eliminadas.

Decano do STF, o Ministro Celso de Mello sustentou que o sistema adotado pela UnB obedece a Constituição Federal e os tratados internacionais que tratam da defesa dos direitos humanos.

O presidente da Corte, Ministro Ayres Britto, afirmou que a Constituição legitimou todas as políticas públicas para promover os setores sociais histórica e culturalmente desfavorecidos.

Disse ele: “São políticas afirmativas do direito de todos os seres humanos a um tratamento igualitário e respeitoso. Assim é que se constrói uma nação”, concluiu.

Quero lembrar que o Ministro Dias Toffoli já havia se manifestado favoravelmente às cotas.

Foi, sem dúvida, uma vitória, pois vínhamos travando a batalha pelas cotas há muito tempo.

No período compreendido entre 2003 e 2010, estabelecemos um debate franco e aberto com a sociedade sobre a importância da igualdade racial, sobre

a importância de um Brasil integrado, com oportunidades de direitos iguais.

O nosso principal instrumento para alavancar os debates foi o projeto inicial do Estatuto da Igualdade Racial.

O texto auxiliou nos debates e 160 instituições de ensino superior adotaram ações afirmativas, sendo que 75% das universidades federais já adotam algum tipo de cota. Também celebramos a entrada dos filhos de trabalhadores no Programa Universidade para Todos em cerca de 1.300 universidades.

Os negros tem consciência de que precisamos seguir lutando e somente a força do movimento social e do movimento negro fará com que as políticas públicas avancem.

A realidade atual ainda é cruel, pois os negros não ocupam espaços de visibilidade em qualquer um dos Três Poderes da República, na área privada, nas Forças Armadas, na reitoria das universidades, nas diretorias dos bancos, das estatais e assim por diante.

O horizonte que se agiganta a nossa frente é uma estrada que espera ser trilhada com firmeza, por corações iluminados, com boa vontade e com fé.

Fé em Deus, fé em todas as possibilidades que o Criador colocou em cada um de nós e fé na união que nos levará a seguir adiante com esse projeto, que é a razão de nossas vidas.

Lutaremos eternamente pela igualdade, pela justiça contra todos os preconceitos e para que brancos e negros, ciganos, judeus, índios, palestinos, idosos, crianças, pessoas com deficiência, homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres.

Os versos da canção Negro de 35”, dos compositores Rufino Aguiar e Clovis de Souza, tão bem interpretada pelo saudoso César Passarinho, servem de inspiração para continuarmos embalando nossas lutas.

Negro de 35

*A negritude trazia a marca da escravidão/
Quem tinha a pele polianga vivia na escuridão/*

Desgarrado e acorrentado, sem ter direito a razão/

Castrado de seus direitos não tinha casta nem grei/

Nos idos de trinta e cinco, quando o caudilho era o rei/

E o branco determinava, fazia e ditava a lei/

Apesar de racional, vivia o negro na encerra/

E adagas furavam paias, ensanguentando esta terra/

*Da solidão das senzalas tiraram o negro
pra guerra/*

Peleia, negro, peleia pela tua independência/

*Semeia, negro, semeia teus direitos na
querência/*

*Deixar o trabalho escravo, seguir desti-
no campeão/*

*As promessas de igualdade aos filhos
no cativo/*

*E buscando liberdade o negro se fez
guerreiro/*

*O tempo nas suas andanças viajou nas
asas do vento/*

*Fez-se a paz, voltou a confiança, reno-
varam pensamentos/*

*A razão venceu a lança e apagou res-
sentimentos/*

*Veio a lei Afonso Arinos cultivando ou-
tras verdades/*

*Trouxe a semente do amor para uma sa-
fra de igualdade/*

*Porque o amor não tem cor, sem cor é
a fraternidade/*

*Peleia, negro, peleia com as armas da
inteligência/*

*Semeia, negro, semeia teus direitos na
querência/*

Sr. Presidente, quero deixar aqui o meu carinho e respeito aos Ministros que estiveram à frente da Seppir, Matilde Ribeiro, Edson Santos, Elói Ferreira de Araújo.

Sem o seu apoio e a decisão do presidente Lula, o Estatuto da Igualdade Racial não seria realidade.

Para finalizar, mais do que tudo que foi falado aqui, a melhor forma de homenagearmos os negros, os brancos, os índios, os quilombolas, é aprovarmos a PEC do Trabalho Escravo, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e que vai tramitar aqui no Senado.

Da mesma forma, Sr. Presidente, aprovarmos o PLC 180/08, que trata da política de cotas, de autoria da deputada Nice Lobão.

Mediante acordo com o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira, com a relatora, senadora Ana Rita, o projeto será votado na próxima quarta-feira, dia 30.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

DISCUSSÃO DE BAR DEIXA UNIVERSITÁRIA MORTA E ANGOLANOS FERIDOS NO BRÁS

*Após ofender africanos, chamando-os de ‘macacos’,
desconhecido voltou de carro e atirou.*

SÃO PAULO – Uma universitária angolana morreu e outras três pessoas ficaram feridas após um tiroteio na noite da última terça-feira, 22, em um bar na Rua Cavalheiro, no Brás, centro de São Paulo. Os disparos teriam acontecido após uma discussão. Até as 16 horas desta quarta-feira, 23, o atirador não foi identificado pela polícia.

Testemunhas disseram que um grupo de angolanos estava bebendo em um bar, no número 80 da rua, quando dois outros clientes, brasileiros, teriam xingado o grupo, com termos como “macacos”. Houve uma discussão e os brasileiros foram embora.

Cerca de 20 minutos depois, um dos brasileiros teria retornado ao local, em um Golf prata. O homem desceu do veículo e atirou contra os angolanos.

Zumira de Souza Borges Cardoso, de 26 anos, estudante de engenharia na Uninove, foi baleada e morreu no local. Celina Bento Mendonça, de 34, grávida de cerca de oito meses, acabou ferida por pelo menos dois tiros, um deles na barriga. Gaspar Armando Mateus, de 27, foi baleado na perna e Renovaldo Manoel Capenda, de 32, também foi atingido.

Celina, segundo informações do Hospital João XXIII, na Barra Funda, segue internada e em observação. O hospital informa também que a criança não foi atingida, mas a vítima vai passar por um ultrassom ainda nesta quarta. Já Gaspar, de 27 anos, e Renovaldo, de 32, receberam alta, por volta das 23h30min, de terça.

Ato Ecumênico na Igreja São Francisco no Centro de São Paulo em homenagem à universitária morta.

Fonte: Portal G-1 dia 28 de maio de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado pela preocupação com o tempo.

Passo a palavra agora ao Deputado Leonardo Gadelha, Vice-Líder do PSC na Câmara dos Deputados, que representa aqui o PSC.

Com a palavra o Deputado Gadelha.

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente dos trabalhos e um dos signatários da presente sessão; Exmº Sr. Senador Paulo Paim, cossignatário deste encontro; Exmº Sr. Mário Lisboa Teodoro, Secretário Executivo da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, que, neste ato, representa

a Ministra de Estado Exm^a Sr^a Luiza Helena de Barros; Exm^o Sr. Marcelo Aguiar, Secretário Executivo substituto do Ministério do Trabalho e Emprego, que, neste ato, representa o Sr. Ministro de Estado, Exm^o Sr. Brizola Neto; Exm^a Sr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária Especial de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Distrito Federal; Sr^a Ione Maria de Carvalho, Diretora de Acesso à Cultura da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura, que, neste ato, representa a Ministra de Estado Exm^a Sr^a Ana de Hollanda; Sr. Presidente da ONG Negro em Movimento, da Bahia, jornalista Nilton Nascimento, minhas senhoras e meus senhores, historicamente, a escravidão esteve vinculada à guerra e à ambição econômica desmedida. A mais-valia impôs, por séculos a fio, a dominação do homem pelo homem, do socialmente fraco por seu sucedâneo poderoso.

Por diversas vezes, no curso do processo civilizatório, a escravidão, a exemplo da guerra, foi atribuída à natureza humana. Sob essa égide, muitos pensadores brilhantes do passado acreditaram ser a escravidão inevitável. **Homo homini lupus.** É certo, senhores, que o homem é o lobo do homem. Mas, se essa visão fatalista da natureza humana fosse inexorável, o presente momento simplesmente não existiria.

Ora, estamos aqui, Sr. Presidente, justamente para celebrar a luz. Hoje comemoramos o movimento de brasileiros que, há mais de um século, ganharam os corações e mentes de toda a Nação e libertaram milhares de homens, mulheres e crianças da nefasta condição de escravos. Festejamos, portanto, não apenas um ato formal – a Abolição da escravatura –, mas o surgimento do *ethos* nacional, o cadinho cultural que faz do Brasil um dos mais gregários países do mundo, onde subsiste o divisionismo econômico, é verdade, mas sobressai a integração cultural.

Assim, há 124 anos, não só o Estado democrático de direito em nosso País deu um de seus primeiros passos rumo ao progresso moral que sempre demandou nossa sociedade, pondo fim à escravidão, mas também plantou a semente de onde germinou a consciência cívica que foi, por exemplo, demonstrada pela Câmara dos Deputados ao aprovar a PEC nº 438 no último dia 22 de maio.

Esse progresso, delineado ao longo de nossa história, não só demonstra o exercício da soberania do Estado brasileiro na constante busca de proteção dos seus naturais, mas também estampa o comprometimento deste Congresso Nacional em todos os aspectos que alcançam os direitos humanos.

É no reconhecimento das ações e no combate constante à escravidão, seja no passado, seja nas formas que ainda possam persistir no presente, que

o Brasil demonstra as transformações irreversíveis, mesmo que ainda graduais, do exercício de sua soberania em prol do cidadão. Demonstra ainda que o nosso Estado quer reconhecer, cada vez mais, os seus cidadãos como seres humanos e não como simples números, gélidos dados estatísticos.

Se, outrora, o combate à escravidão foi meramente ideológico e um tanto etéreo, a Princesa Isabel, com a Lei Áurea, assinada no dia 13 de maio de 1888, decretou, na prática, o seu fim. Com isso, deu vida nova a milhares de escravos, tornando os homens e mulheres livres.

Com esse mesmo intuito, a PEC do Trabalho Escravo vem acrescentar um novo capítulo a essa luta, que, infelizmente, ainda requer a nossa atenção, mesmo passados mais de 100 anos. Com 360 votos a favor e 29 contra, a PEC nº 438, de 2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, prevê agora expropriação para fins de reforma agrária e uso social das propriedades rurais e urbanas em que for flagrado esse crime. Não podemos olvidar que este Parlamento precisa complementar esse esforço com uma definição mais precisa do que é o fenômeno, mas o que já temos é motivo de grande gaudio. Eu digo, Sr. Presidente, por requerimentos de autoridades do Judiciário e autoridades policiais, que é necessário tipificar um pouco melhor a conduta abominável.

Depois do fim da escravatura, a aprovação dessa PEC significa reconhecer que a prática ainda tem seus resquícios presentes em nossa realidade, mas também que o Estado brasileiro e a nossa sociedade não medirão esforços na busca de um fim definitivo em que extirpemos a escravidão, seja ela de que tipo for.

Na condição de representante do Partido Social Cristão nesta tribuna, partido que elegeu como lema norteador de suas ações “o ser humano em primeiro lugar”, venho ressaltar a importância da adoção de políticas contrárias à exploração do trabalho humano, punindo rigorosamente os agentes que fazem uso desse tipo de perversidade. Lembro que a proposta vai ao encontro dos princípios constitucionais dos direitos da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho.

Para comemoração deste dia, Sr. Presidente, não poderíamos ter presente melhor que a aprovação da PEC. É simplesmente inaceitável que o império da lei ainda seja tísido por situações degradantes de exploração do trabalho em analogia à escravidão.

É meu desejo e de toda a sociedade brasileira que o dia 22 de maio de 2012 represente o capítulo final do trabalho escravo no Brasil e que o Dia da Abolição da Escravatura não seja meramente uma data cívica, mas que realmente faça parte da catarse brasileira de um passado cruel que não mais voltará a nos assombrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Obrigado, Deputado Gadelha.

Passo a palavra, com muita satisfação, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que falará pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Saúdo o Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, o Sr. Senador Paulo Paim, cossignatário do requerimento que propiciou esta sessão especial de homenagem, e, em nome dos dois, até por economia processual, quero saudar todas as autoridades que compõem a Mesa e também outras autoridades aqui presentes.

Tive a oportunidade, no dia 14 deste mês, de fazer pronunciamento sobre o tema da Abolição da Escravatura, visto que o dia 13 caiu num domingo. E já disse, Senador Cristovam Buarque, que o motivo, não digo o principal, mas o que mais me toca de perto, de fazer referência a esta data do dia 13 de maio é porque pertenço a uma instituição, a Maçonaria, que fez a abolição da escravatura antes do dia 13 de maio.

Pelos nossos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, já antes a própria Inglaterra adotou uma política de combater o tráfico de escravos. Não foi também por um desejo do Rei da Inglaterra, não; foi por uma imposição política de maçons proeminentes daquela época. E aqui, no Brasil, muitos maçons, negros inclusive, trabalharam de forma aguerrida para formalizar a Abolição no dia 13 de maio, como foi muito bem colocado aqui pelos oradores brilhantes que me antecederam.

Quero, portanto, ficar nesse enfoque do papel histórico, aliás bem ressaltado pela história brasileira, da Maçonaria na Abolição.

Fizemos a abolição na maçonaria antes da abolição formal ocorrida no Brasil, porque nós temos um princípio, desde os tempos primitivos, de que só podia ser maçom o homem livre e de bons costumes. Como um homem podia ser livre se mantinha outro escravo? Ele era um homem livre comprometido. Portanto, a Maçonaria passou a exigir que os já maçons libertassem os escravos que tinham e os que iriam ingressar na Maçonaria não tivessem escravos e, se tivessem, libertassem-nos antes de serem admitidos na ordem.

Aqui posso citar uma gama de maçons que trabalharam de maneira decisiva para que o dia 13 de maio fosse realidade. Vou citar uma parte deles: José Bonifácio, Euzébio de Queiroz, Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Ubaldino do Amaral, José Leite Penteado, Ruy Barbosa, que tem um busto neste plenário, Saldanha Marinho, Américo de Campos, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Quintino Bocayuva, Visconde do Rio Branco, Silva Jardim, Barão de Cotegipe, Francisco de

Paula Brito, Gê Acaiaba de Montezuma, André Rebouças e Luís Pinto. Mesmo pela versão brasileira, digamos assim, de só chamar de negro as pessoas bem escuras, nós podemos dizer que, pelo menos, cinco destes, com certeza, não tinham como ser chamados de outra forma. Eram eles José do Patrocínio, Francisco de Paula Brito, Gê Acaiaba de Montezuma, André Rebouças e Luís Pinto da Gama. Mas foram citados outros aqui que não fizeram parte da luta maçônica em si, mas foram mobilizados pela Maçonaria.

Eu tenho muito orgulho de que possamos ter praticado, naquela época, antes mesmo de ser praticada no Brasil, a tese dos iluministas que organizaram formalmente a Maçonaria na Inglaterra. Até hoje, a Maçonaria da Inglaterra é a que dá o reconhecimento às maçonarias de todos os países. Digamos que lá está a loja-mãe.

É evidente que hoje já existem outras correntes. Aqui, no Brasil, a que predominou foi a do Grande Oriente do Brasil, à qual eu pertenço e que teve uma inspiração muito mais na maçonaria francesa do que na inglesa, mas que trouxe os princípios da maçonaria inglesa.

E aqui, justamente quando se constituiu o Grande Oriente do Brasil no Rio de Janeiro, embora antes, na Bahia, já houvessem surgido as primeiras lojas maçônicas, já ali, digamos, batalhava-se para acabar com essa triste história de alguém que dizia lutar pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade ter um ser humano como seu escravo.

A história brasileira registra, eu diria, de maneira adequada essa questão. Aliás, eu trouxe aqui, Senador Paim, alguns artigos que, embora eu não vá lê-los, peço sejam transcritos como parte do meu pronunciamento, um deles da lavra de Carlos Nobre: **13 de Maio: A Maçonaria e a Abolição da Escravatura** e outro cuja fonte foi uma enciclopédia – **Leis que Culminaram na Abolição da Escravatura** – e mostra como em todas as leis que antecederam a chamada Lei Áurea houve a participação decisiva da Maçonaria.

Realmente, orgulho-me muito dessa instituição, que, ainda hoje – e sou daqueles maçons que não se conforma muito com a postura atual da Maçonaria de ser muito discreta, já que não é secreta, como muitos pensam –, mantém algumas tradições que vêm dos tempos em que a Maçonaria foi perseguida, como na época da Inquisição, quando os maçons tinham que se reunir escondidos e, para se identificar, tinham sinais, toques e palavras que podiam garantir que realmente alguém estava tratando com um maçom.

É interessante ver que a Maçonaria foi perseguida, por exemplo, pela Inquisição, que tinha um copatrocínio da igreja, à época, e dos reis. E os maçons se

originaram dos chamados pedreiros livres, que eram detentores, justamente, da arte da arquitetura, da engenharia, que possibilitaram a construção dos templos da igreja católica e dos palácios dos reis. Depois, essa instituição passou a ser perseguida justamente por eles. Por quê? Porque, realmente, havia, vamos dizer assim, uma espécie de, se podemos dizer num termo atual, sindicato fechado, e essa arte de construir era passada mediante a admissão de aprendizes, que, depois, iam galgando os ensinamentos até chegarem ao ponto de serem chamados de mestres. Portanto, outros que não fossem desse sindicato, vamos dizer assim, não poderiam saber como fazer essas construções.

Mas o importante é que a Maçonaria atravessou todos os séculos, os milênios até, e chegou até aqui. Digo que chegou até aqui enobrecida por lutas como a Independência do Brasil – o próprio imperador foi atraído para dentro da Maçonaria, transformado em Grão-Mestre e fez, através do gesto dele, a Independência do Brasil – e a Proclamação da República. Deodoro era Grão-Mestre da Maçonaria.

Agora, as lutas, como foi bem ressaltado aqui, para que, de fato, essa abolição da escravatura se complete têm que contar também com o trabalho da Maçonaria. E eu sou um dos que defendem, dentro da Ordem, que temos que nos engajar nessa luta, porque não é só deixar que as organizações de negros lutem, mas também nós, que, por acaso, não temos a cor negra... Eu, por exemplo, sou branquelo, como se dizia na minha época de escola, e a minha bisavó paterna...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – (...) era, como dizia o meu pai, “negra retinta”. Eu tenho muita honra, portanto, de ter – estava comentando com o Senador Eurípedes – o cabelo um pouquinho parecido com o da minha bisavó.

Muito obrigado.

Peço, portanto, a transcrição do meu discurso. *(Palmas.)*

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

TEXTO 1

LEIS QUE CULMINARAM NA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA – Fonte: Wikipédia

A **Lei Áurea** (**Lei Imperial nº 3.353**), sancionada em **13 de maio de 1888**, foi a **lei** que extinguiu a **escravidão no Brasil**. Foi precedida pela Lei nº 2.040 (**Lei do**

Ventre Livre), de **28 de setembro de 1871**, que libertou todas as crianças nascidas de pais escravos, e pela Lei nº 3.270 (**Lei Saraiva-Cotegipe**), de 28 de setembro de **1885**, que regulava “a extinção gradual do elemento servil”. **TODAS ESSAS LEIS FORAM AMPLAMENTE APOIADAS POR INÚMEROS MAÇONS DA ÉPOCA.**

Foi assinada por **Dona Isabel, princesa imperial do Brasil**, e pelo **ministro da Agricultura** da época, conselheiro **Rodrigo Augusto da Silva**. O Conselheiro Rodrigo Silva fazia parte do Gabinete de Ministros presidido por **João Alfredo Correia de Oliveira**, do **Partido Conservador** e chamado de “Gabinete de 10 de março”. Dona Isabel sancionou a Lei Áurea, na sua terceira e última regência, estando o Imperador **D. Pedro II do Brasil** em viagem ao exterior.

O **projeto de lei** que extinguiu a escravidão no Brasil foi apresentado à Câmara Geral, atual **Câmara do Deputados**, pelo ministro Rodrigo Augusto da Silva, no dia 8 de Maio de 1888. Foi votado e aprovado nos dias 9 e 10 de maio de 1888, na Câmara Geral.

A Lei Áurea foi apresentada formalmente ao **Sena-do Imperial** pelo ministro Rodrigo A. da Silva no dia 11 de Maio. Foi debatida nas sessões dos dias 11, 12 e 13 de maio. Foi votada e aprovada, em primeira votação no dia 12 de maio. Foi votada e aprovada em definitivo, um pouco antes das treze horas, no dia 13 de maio de 1888, e, no mesmo dia, levado à sanção da Princesa Regente.

Foi assinada no **Paço Imperial** por Dona Isabel e pelo ministro Rodrigo Augusto da Silva às três horas da tarde do dia 13 de maio de 1888.

O processo de abolição da escravatura no Brasil foi gradual e começou com a **Lei Eusébio de Queirós** de 1850, seguida pela **Lei do Ventre Livre** de 1871, a **Lei dos Sexagenários** de 1885 e finalizada pela Lei Áurea em 1888. **TODAS ESSAS INICIATIVAS TIVERAM O APOIO AMPLO DOS MAÇONS DA ÉPOCA.**

O Brasil foi o último **país** independente do **continente americano** a abolir completamente a escravatura. O último país do mundo a abolir a escravidão foi a **Mauritânia**, somente em 9 de novembro de 1981, pelo decreto nº 81.234.

Sem Maçonaria, não teria havido a abolição. E sem cinco grandes maçons negros do século XIX – André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Pinto Gama, Francisco de Paula Brito e Francisco Barbosa Gê Acayaba de Montezuma (Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do REAA) – a luta pela libertação negra não seria tão marcante e fundamental.

TEXTO 2

Assim, no Brasil, a Maçonaria foi de grande importância para a abolição da escravatura, tendo os seguintes maçons sido ferrenhos defensores desta ideia:

- José Bonifácio
- Euzébio de Queiroz
- Bento Gonçalves
- Davi Canabarro
- Ubaldino do Amaral
- José Leite Penteado
- Ruy Barbosa
- Saldanha Marinho
- Américo de Campos
- José do Patrocínio
- Joaquim Nabuco
- Quintino Bocayuva
- Visconde do Rio Branco
- Silva Jardim
- Barão de Cotegipe
- Francisco de Paula Brito
- Gê Acaiaba de Montezuma
- André Rebouças;
- Luiz Pinto da Gama.

Assim foi e tem sido a atuação da Maçonaria com relação ao Brasil, sempre apoiando e lutando para a concretização dos ideais mais nobres da pátria, comprometendo-se em favor da liberdade e condenando as injustiças.

TEXTO 3: COM MAIS SUBSÍDIOS, GRIFADO PARA FACILITAR SUAS CITAÇÕES

13 DE MAIO: A MAÇONARIA E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Artigo de Carlos Nobre publicado no site da Grande Loja Maçônica de Rondônia.

Após a morte em 24 de agosto de 1882 do advogado negro Luiz Pinto da Gama, em São Paulo – cujo sepultamento fora acompanhado por cerca de 3 mil pessoas numa cidade que, na época, tinha 46 mil habitantes – o promotor de justiça e depois juiz Antonio Bento, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo, jurou diante do túmulo de Gama em continuar sua obra abolicionista.

Para tal empreitada, ele organizou uma sociedade secreta chamada “Os Caifazes”, cujos membros eram recrutados em todas as camadas sociais e nas três principais lojas maçônicas de São Paulo: “ América”, “ Piratininga” e “ Amizade”.

Essa sociedade retirava a força das fazendas paulistas os escravos e os encaminhava para o Quilombo de Jabaquara, em Santos, ou então para quilombos do Rio de Janeiro (Castellani: 1998).

Já o enterro de José do Patrocínio, jornalista mulato, morto em 30 de janeiro de 1905, contou com um roteiro previamente traçado pelos líderes abolicionistas, para que diversos oradores se revezassem em

discursos de louvação ao morto ilustre em determinados lugares da cidade – como a Praça Tiradentes, Campo de Santana, por exemplo -, até chegar ao Cemitério do Caju, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro (Junior: 1969).

Patrocínio, nos anos 1880 do século XIX, se tornara a face popular/militante do movimento abolicionista, travando lutas ideológicas intermináveis com os representantes das elites escravocratas. Era uma mistura de Espartaco com Desmoulins (Nabuco: 1999).

Sua figura pública também expressava a articulação nacional/internacional do movimento abolicionista, que, desde dos anos 1920 do século XIX, vinha ganhando espaço/corpo na opinião pública nacional (Albuquerque: 1970).

Embora sintetizasse o símbolo do pensador estrutural do movimento abolicionista, o engenheiro mulato André Rebouças, no entanto, não teve um sepultamento grandioso como os de Gama e Patrocínio, pois, morrera, no exílio, em Funchal, na Ilha da Madeira, Portugal, em 9 de maio de 1898, e seu corpo chegara dias depois ao Rio de Janeiro (Santos: 1985).

No entanto, seus amigos e a direção da então Escola Politécnica, no Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, da qual fora aluno, professor e pioneiro em introduzir novas cadeiras de engenharia civil, prestaram-lhe homenagens que se estenderam até o século XX.

Na verdade, ele era um ícone para demais abolicionistas, pois, com sua rara inteligência, era uma espécie de civilizador do século XIX, segundo o historiador José Murilo de Carvalho, na orelha da obra de Maria Alice Rezende Carvalho, onde ele estuda a trajetória de Rebouças (Carvalho: 1998).

Outros dois negros também se destacaram nas lutas sociais do início do século XIX. O primeiro deles é o médico e advogado Francisco Barbosa Gê Acayaba Montezuma, que chegou a ser a maior autoridade maçônica do seu tempo, pois, fora, Grande Comendador Soberano do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, organismo que ele trouxe da Bélgica e que disciplinou a maçonaria brasileira ainda ascendente no Brasil.

Em 17 de maio de 1865, Acayaba, o Visconde de Jequitinhonha, apresentou no Senado vários projetos de extinção gradual da escravidão. Entre os quais, se destacam: ao fim de 10 anos dali em diante, seria concedida liberdade para escravos maiores de 15 anos e ao fim de 15 anos liberdade para os demais, com a cláusula segundo a qual os senhores de escravos seriam indenizados pelo fim do trabalho escravo. Era proposta conciliatória, bem peculiar dos liberais da época, onde não queriam

desagradar aos senhores de escravos nem se assemelharem com refinados escravocratas.

Conservador e “caramuru” (partidário de Dom Pedro I no período das regências), Montezuma chegou a ser ministro de estado duas vezes e fundou a Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto Histórico Geográfico do Brasil (Aslan: 1973).

Consta ainda que Montezuma fora o primeiro integrante do governo de Dom Pedro I a se posicionar contra a escravidão no Brasil, segundo o Barão do Rio Branco, também maçom, e autor do lei do ventre livre.

Trajetória não menos surpreendente pertence a outro mulato, o livreiro Francisco de Paula Brito, descobridor do talento de Machado de Assis e editor do primeiro romance no Brasil, o “O Filho do Pescador” (1843), de outro mulato, o escritor cabofriense Antônio Gonçalves Teixeira e Souza.

De origem humilde, Paula Brito, que nasceu liberto, fora um dos primeiros tipógrafos brasileiro da Corte, cujo mercado, na época, era monopolizado pelas tipografias francesas Nacional, Ogier e Plancher. (Lima: 2004).

Ao lado de sua tipografia, na Praça Tiradentes, num clube criado e intitulado por ele de “Sociedade Petalógica”, se reunia a nata da literatura brasileira da época que tornara o local o centro da vida literária da Corte (Azevedo:1998).

Paula Brito foi um dos primeiros afrodescendentes a participar dos debates raciais no início do século XIX ao lançar, em 1833, o jornal “O Homem de Cor”, num momento de surto nativista, onde os brasileiros procuravam valorizar suas origens étnicas em relação aos colonizadores portugueses.

Na época, em livrarias, bares, lojas comerciais, ruas e praças da Corte discutia-se a identidade racial brasileira em contraponto a cor européia, e a imprensa fora um campo privilegiado onde esse debate se visibilizou.

Havia uma mídia negra, digamos, assim, que repercutia a discussão racial através de jornais com títulos bem sugestivos, tais como “O Crioulinho”, “O Crioulo”, “O Brasileiro Pardo” e outros (Lima: 2004).

Um traço marca a trajetória de todos estes cinco homens do século XIX: todos eram maçons em Lojas cariocas e paulistas, e levaram para dentro da ordem maçônica a luta contra o escravismo.

Também entre eles figurava o maestro mulato Carlos Gomes, autor da ópera o “O escravo”, também maçom, só que sem a militância dos demais.

A maçonaria incorporou as propostas abolicionistas e a e o fim do trabalho escravo entrou

na ordem do dia de diversas lojas, provocando contradições e discussões complicadas sobre o negro e sua perspectiva de liberdade na sociedade brasileira.

Neste sentido, Gama, Patrocínio, Rebouças, Montezuma e Paula Brito, talvez tenham sido os afrodescendentes que mais se destacaram numa sociedade antagônica a eles, naquele período, pois, eram homens com personalidades-alma complexas: embora nascidos livres, sentiam dores internas profundas ao verem a totalidade dos negros fazendo os serviços mais pesados e humilhantes da sociedade brasileira. Para eles, a liberdade do escravo entrou na ordem do dia de suas ações políticas.

Enquanto os demais negros estavam atados a correntes, eles, os maçons negros, podiam ter escravos e ascenderem naquela sociedade, pois, estavam articulados com instâncias superiores do poder que facultavam a eles uma certa ascensão em meio a negregada sem direitos.

Mesmo por isso, eles fundamentaram suas vidas em defesa da liberdade escrava, pois, sabiam, que, naquela forma de organização da sociedade, estava contra as novas tendências de sociedade – principalmente o capitalismo, que implicava um novo sistema, ou seja, a venda da mão-de-obra no mercado de trabalho.

Diante destas apresentações políticos-estratégicas, perguntamos: como foi possível, numa sociedade escravocrata, afrodescendentes livres da escravidão, ingressarem em sociedades secretas e se tornarem militantes fundamentais da causa abolicionista, esgrimindo críticas radicais até contra as próprias ideologias dos estratos sociais que, de certo modo, favoreceram suas ascensões?

Em que medida, esta ascensão social faz parte de um esforço pessoal de “subir na vida” e não do favor, tão comum na época? Em que medida suas ligações maçônicas facilitaram a propagação das idéias abolicionistas? De que modo suas vozes e trajetórias raras – para os demais mulatos livres da sociedade escravocrata – não teriam um limite político-ideológico, pois, eles, eram, por outro lado, ligados as elites urbanas? E, por fim, que tipo de contribuição político-estratégica é possível identificar nessas trajetórias para futuras ações negras no Brasil?

Acho muito difícil responder estas perguntas em virtude da magnitude dos problemas levantados através delas. Neste sentido, acho mais importante perseguir algumas pistas deixados por eles e por outros para entender uma época chave de libertação negra na corte imperial.

Tenório de Albuquerque, em A maçonaria e a inconfidência mineira, mostra **como a maçonaria**

brasileira foi diretamente influenciada pela francesa, e que o ambiente revolucionário daquele país impactou os maçons brasileiros, que viam na escravidão um entulho a ser removido para a modernização política do país. “ A maçonaria lutava intimoratamente pela Liberdade, Igualdade e Fraternidade, combatia a exploração do Homem pelo Homem”, escreve ele.

Claro, era uma explicação liberal que atendia a determinados pressupostos históricos sobre ascensão negra e maçonaria no século XIX, um dois mais politizados da história brasileira, devido às tentativas constantes de mudanças provocadas através de movimentos populares.

Então, a influência francesa no Brasil ganha uma dimensão particular, pois, os principais líderes da Revolução Francesa eram maçons (Desmoulins, Marat, Mirabeau, Robespierre, Danton) juntamente com os enciclopedistas Diderot, Voltaire e Court de Geblin.

A maçonaria européia do século XVIII, além de seu caráter iluminista, era “escolas práticas de governo”, segundo Célia Marinho Azevedo, em Maçonaria, cidadania e a questão racial no Brasil escravagista, baseando-se em estudiosos europeus.

No Brasil, a maçonaria esteve desde cedo combatendo a escravidão. Em 1798, em Salvador, uma das (supostas) primeiras lojas maçônicas, a “ Cavaleiros da Luz”, ajudou aos escravos a iniciar a Revolta dos Alfaiates, inaugurando a primeira revolução social brasileira. Não se sabe da presença de maçons negros na “ Cavaleiros da Luz”.

Mas, por volta de 1820, encontramos maçons negros participando das primeiras lutas contra a escravidão, de acordo com Albuquerque, em Os maçons e a abolição da escravatura, tendo como aliados intelectuais urbanos maçons, que, também sonhavam com o fim da monarquia e a instauração da república.

Em geral, o papel dos “bodes negros” (bode é como é apelidado o maçom brasileiro) era o de ser o elo de ligação do liberalismo das lojas e a sociedade civil, ou seja, as idéias discutidas em loja maçônica, podiam ser aplicadas para a reforma política do estado e da sociedade civil.

Em São Paulo, em meados do século XIX, Luiz Gama era o advogado da loja “ América” dedicado a libertar escravos através de ações judiciais ou mesmo tirando-os à força das fazendas e, depois, encaminhando-os para esconderijos articulados com a luta abolicionista como o Quilombo de Jabaquara, em Santos. Gama se tornara, então, um herói popular em todo o Brasil, e é provável que tenha libertado centenas de escravos em ações judiciais, segundo (Azevedo; 1999).

Existem várias biografias sobre André Rebouças. Destacamos algumas delas, quais sejam: André Rebouças, de José Louzeiro; André Rebouças e seu tempo, de Sidney G. dos Santos; O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil, de Maria Alice Rezende de Carvalho, e André Rebouças. Reforma e utopia no contexto do segundo reinado, de Joselice Juca.

Esses autores enfatizam a inteligência, o caráter e a capacidade de Rebouças em pensar a ação abolicionista para frente, ou seja, Rebouças, previa, após a Abolição, a instalação da reforma agrária, onde os libertados poderiam receber terras para desenvolver atividades agrícolas, já como cidadão livre dos grilhões. Maçom, de uma loja não identificada, possivelmente a “União e Tranquilidade”, do Rio de Janeiro, ao qual pertencia Patrocínio, Rebouças fora amigo de outro maçom negro famoso, o maestro Carlos Gomes, que, no entanto, nunca foi um militante das causas abolicionistas.

Cyro Flamarion Cardoso organizou estudos variados no livro Escravidão e Abolição no Brasil, onde cita autores que mostram que **o processo abolicionista foi um movimento social urbano, apoiado pelas massas excluídas do processo de cidadania, com base na classe média, sem posses agrárias, que surgia nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.** Este fato fica bem claro ao acompanharmos a trajetória de Patrocínio em A vida turbulenta de José do Patrocínio, de Raimundo Magalhães Jr., onde as redes de relações do jornalista estavam mais fincadas em novas elites urbanas, sustentadas pelo positivismo e pelas idéias republicanas, que, dos meados do século XIX até 1889, caminharam juntas com o processo abolicionista.

Neste sentido, ao nos aproximarmos, por exemplo, da análise dos jornais abolicionistas (existiram vários), é necessário também consultar os jornais de linha escravocratas, que também exprimiram as reações das elites agrárias expressas em golpes regimentais na Câmara e Senado para que leis abolicionistas não fossem aprovadas; manipulações de processos jurídicos; cooptação de líderes abolicionistas; apadrinhamentos e aplicação de políticas imigracionistas, entre outras reações ao fim da escravidão no Brasil no século XIX.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador José Pimentel, que fala pela Liderança do Governo, no Congresso. Depois, passarei ao Senador Renan Calheiros, pela Liderança do PMDB, no Senado Federal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Exmº Senador Cristovam Buarque, Presidente desta sessão e também au-

tor do requerimento para a realização desta sessão do Congresso Nacional; Exm^o Senador Paulo Paim, nosso companheiro de bancada e de Partido, o Partido dos Trabalhadores, que representa muito bem os negros e as negras do Brasil; Exm^o Sr. Mário Lisboa Theodoro, Secretário Executivo da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Exm^o Sr. Marcelo Aguiar, Secretário Executivo Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego; Exm^o Sr^a Josefina Serra dos Santos, Secretária Especial de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Distrito federal; Exm^a Sr^a Ione Maria de Carvalho, Diretora de Acesso à Cultura da Secretaria da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura; Exm^o jornalista Nilton Nascimento, Presidente da ONG Negro em Movimento, da Bahia; nossos Senadores aqui presentes; Senador Renan Calheiros e Senador Mozarildo; nossos Deputados, nossas Deputadas; companheiros e companheiras, quero começar registrando que tanto os nossos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, o Senador José Sarney, que abriu os trabalhos, e demais Deputados que aqui se pronunciaram já fizeram o resgate histórico da luta dos negros, dos nossos afrodescendentes, na história brasileira. Mas todos nós sabemos que essa dívida que temos para com os nossos irmãos afrodescendentes ainda está longe de ser resgatada.

Exatamente por isso, nessa caminhada, o Presidente Lula, já no início do seu governo, em 2003, criou Secretaria – que aqui é representada pelo nosso Secretário Executivo – para tratar desse tema. Nessa secretaria começam a se desenvolver e a se consolidar um conjunto de demandas, reivindicações que foram feitas ao longo da história e que foram consolidadas como forma de desenvolver a excelente política do governo Lula, que a Presidenta Dilma dá continuidade.

Das várias matérias ali levantadas, uma era a necessidade de o governo brasileiro e alguns de seus Ministros visitarem a África. E o presidente Lula, ainda em 2003, vai à cidade de Maputo, capital de Moçambique, discutir, resgatar e, ao mesmo tempo, reafirmar o seu compromisso que o Estado brasileiro tem para com as nações africanas, para com os povos africanos. Como desdobramento daquela visita, ao voltar ao Brasil, ele inicia o grande programa de demarcação das nossas terras das comunidades quilombolas. E, ao mesmo tempo em que definia a importância e a necessidade de demarcar as terras quilombolas, também trazia um conjunto de ações para integração dos territórios envolvendo tanto a agricultura familiar, o resgate da cultura, e ao mesmo tempo as políticas sociais para inclusão das famílias afrodescendentes.

Eu me lembro muito bem de toda uma política que ele nos trazia, da importância de os nossos afro-

descendentes terem acesso a todos os benefícios previdenciários e a necessidade de se montar um grande banco de dados para, ao se dirigir à Previdência Social, não precisasse mais comprovar a sua condição de negro e tampouco a necessidade da comprovação de sua ascendência.

Foi firmado entre o Ministério da Previdência e a nossa Secretaria Especial um termo de compromisso para que fosse feito um grande cadastro no Brasil de todas essas políticas. Esse processo está em construção e nós precisamos, nobre Senador Cristovam Buarque, ver com mais atenção a construção desse grande cadastro nacional, da concessão do salário-maternidade para nossas mulheres afrodescendentes, quando ganham as suas crianças, para os trabalhadores que vivem nas comunidades quilombolas poderem receber os seus benefícios da licença-saúde, da licença-acidentária, da aposentadoria, da pensão sem as amarras da burocracia, que, muitas vezes, emperam a concessão desses benefícios.

Esse termo de compromisso firmado no início de 2009 dá exatamente esse processo para que possamos superar essas dificuldades. Sabemos que ainda precisamos avançar muito, mas a determinação do Governo Federal, do Presidente Lula, e ratificada pela nossa Ministra da Casa Civil, na época, e, hoje, nossa Presidenta Dilma, precisamos acompanhar de perto esse termo.

Eu deixaria, nobre Senador Paulo Paim, como uma das demandas a realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Ex^a, para que nós pudéssemos refletir um pouco sobre esses temas, como se encontram e o que necessita de suporte para que o Estado nacional possa tornar realidade os compromissos assumidos. (*Palmas.*)

Quero, aqui, lembrar que, quando lançamos o Programa Luz para Todos, as comunidades que tinham menos acesso à iluminação pública eram exatamente as quilombolas, porque viviam em regiões mais distantes, isoladas e com pouquíssimas políticas públicas voltadas para isso. E, hoje, a nossa política Luz para Todos está universalizando sejam os povos quilombolas, os povos indígenas, as pequenas propriedades, as casas isoladas.

E precisamos dar mais um passo com o Programa Água para Todos. Nesse levantamento que o Governo Federal está fazendo sobre a necessidade de levar água de qualidade às populações mais distantes, novamente são as comunidades quilombolas as que mais necessitam.

Estamos elaborando o Programa Água para Todos, parte dele já está em vigor. E precisávamos ter o olhar mais direcionado para essas comunidades.

Na nossa região, a região Nordeste, no nosso Estado, Estado do Ceará, as nações quilombolas, os povos quilombolas, são exatamente aquelas que ficam menos assistidas pela questão de abastecimento de água. E nessa grande seca que assola novamente a região Nordeste, precisamos ter um olhar todo especial para esse segmento.

Sabemos da importância da criação do ProUni e da criação das quotas diferenciadas, as chamadas quotas positivas, em que, no primeiro momento, foi tratada, aqui no Congresso Nacional, com uma série de resistências. Tivemos um partido político indo ao Supremo Tribunal Federal, dizendo que essa postura do Governo Federal, juntamente com a aprovação pela maioria do Congresso Nacional, era inconstitucional.

Felizmente, por maioria, o Supremo Tribunal Federal acompanha o pensamento da sociedade brasileira e declara constitucional. E é isso que o nosso Senador Cristovam Buarque aqui dizia, que precisamos levar para as universidades a cor da família brasileira, ali está assegurado.

Mas precisamos também ter outro olhar no mundo da profissionalização. Criamos um programa para a qualificação da mão de obra, para que todos os trabalhadores possam ter acesso a um emprego de melhor qualidade. E ali, precisamos ter um olhar todo diferenciado para que nossos irmãos afrodescendentes possam ser, cada vez mais, contemplados com a nossa política de formação de mão de obra técnica e, ao mesmo tempo, sua qualificação e a sua capacitação para chegar à universidade, como todos nós desejamos.

E, por isso, o ProUni foi essa porta primeira. Mas precisamos, cada vez mais, olhar para os nossos institutos federais de tecnologia e educação e ver o que isso representa no mundo do trabalho.

Lá no nosso Estado, o Ceará, em 2010,

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para concluir, Sr. Presidente.

Enquanto o Presidente Lula sancionava o Estatuto da Igualdade Racial, ao mesmo tempo, era criada a nossa Unilab, uma excelente universidade que está já em funcionamento. Mas precisávamos, nobre Senador Paulo Paim, que uma delegação visitasse aquela universidade. Já fizemos muita coisa, mas é importante que aceleremos o processo para que possamos chegar aos quatro mil alunos, que é o nosso objetivo, dos quais grande parte é composta pelos nossos irmãos africanos, de acordo com o compromisso feito pelo Presidente Lula, em 2003, ao visitar ao África. Aquele universidade já está em pleno funcionamento, mas ainda temos alguns problemas a resolver. Seria impor-

tante que tivéssemos uma delegação de Senadores e Senadoras, de Deputados e Deputadas, fazendo uma visita à nossa Unilab, em Redenção – a primeira cidade do Brasil que libertou os nossos escravos –, para que possamos incluir, no Orçamento da União, os recursos que, por ventura, forem necessários para encurtarmos o prazo e, ao mesmo tempo, oferecermos o ensino público, gratuito e de qualidade que ali pretendemos.

E, por fim, Sr. Presidente, nosso Senador Cristovam Buarque, acredito que deveríamos fazer um esforço fundamental, numa ação de liderança com todos os 81 Senadores e Senadoras, para que a proposta de emenda constitucional que combate o trabalho escravo e que desapropria as propriedades fosse aprovada, no menor tempo possível. Essa proposta já está há 12 anos no Congresso Nacional e está muito madura.

Por isso, quero, aqui, ao completar 124 anos da história da nossa libertação dos escravos, dizer que ainda temos muito por fazer. Ao lado disso, não podemos esquecer que o trabalho doméstico é basicamente feito por mulheres da pele parda, como sempre chamamos, de negros, de descendentes de negros, de afrodescendentes. São mais de sete milhões de mulheres que trabalham dentro dos lares da classe média brasileira, das quais mais de cinco milhões não têm carteira assinada. Portanto, precisamos também, Sr. Presidente, trazer para a agenda esse debate dos afrodescendentes, sem nos esquecermos do mundo do trabalho para o qual, muitas vezes, a nossa classe média não tem esse olhar.

Quero, então, pedir ao Governo brasileiro, particularmente à nossa Presidenta Dilma, que tenha um olhar todo diferenciado para esse setor. Exatamente por isso temos tido uma série de avanços, mas ainda precisamos consolidar um conjunto de legislações e mudanças culturais, para que, efetivamente no dia de amanhã, possamos dizer que, independentemente da cor, todos têm as mesmas oportunidades.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Para que todos possam ter as mesmas oportunidades neste País, que é a sexta potência econômica do Planeta, mas que ainda tem muitas desigualdades a superar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador José Pimentel.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, pela Liderança do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador José Pimentel, Sr. Mário Lisboa Theodoro, Exm^a Josefina Serra dos Santos, Ione Maria de Carvalho, jornalista Nilton Nascimento.

O Senador José Pimentel tem absoluta razão, cento e vinte e quatro anos após a Abolição da Escravatura, cento e vinte e quatro anos após a libertação dos escravos, o Brasil ainda tem desafios a serem superados, por conta de séculos de servidão.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta sessão do Senado tem um simbolismo muito grande, porque, sem dúvida, estamos aqui para reafirmar a nossa repulsa ao preconceito e à discriminação, sobretudo a discriminação contra a população afrodescendente do País.

É exatamente a população negra que morre mais cedo. São exatamente os negros que representam 60% dos pobres e 70% dos indigentes. São eles que compõem 65% da nossa massa carcerária.

Na superação dessas mazelas é fundamental, fundamental mesmo, a participação do Estado, por meio da continuidade das políticas afirmativas.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há reações de alguns, até de formadores de opinião, muitas vezes exaltadas, contra medidas compensatorias tornadas leis pelo Governo Federal.

Nesse sentido, não faltam críticas à instituição de quotas para o acesso às universidades públicas e às políticas afirmativas de um modo geral.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é suficiente um olhar de relance pelos dados do IBGE para saber quem são os pobres no Brasil.

Identificamos, com facilidade, que os negros são, de fato, os menos privilegiados na questão da distribuição da renda nacional.

Segundo o IBGE, nas cidades com mais de quinhentos mil habitantes, as pessoas negras ou pardas ganham até três vezes menos que as brancas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, com razão e com muita lucidez, Joaquim Nabuco afirmou, há mais de um século, que a escravidão continuaria a ser, por muitas décadas, a marca da civilização brasileira. Foi, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, convidados, um prognóstico triste, mas exato. E o custo dele até hoje não pagamos. Como lembrou aqui o Senador José Pimentel, o custo dele até hoje ainda não resgatamos.

Ocorre que o Treze de Maio, data da sanção da lei que extinguiu a escravidão no Brasil e que celebramos nesta Sessão Especial, há de ser verdadeiramente retomado e vivificado como festa da cidadania.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para lembrar Alagoas, que a história reconhece e eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar que

teve verdadeiramente no Quilombo dos Palmares, na luta de Zumbi dos Palmares, o maior foco de resistência ao escravagismo no Brasil. (*Palmas.*)

Os quilombos foram mesmo a forma que cativos fugidos encontraram para se juntar, fazer seu cultivo, viver sua cultura e se defender dos ataques dos rastreadores.

Ainda hoje, Sr. Presidente, remanescem comunidades originadas de quilombos que lutam pelo reconhecimento de seus direitos à propriedade das terras que ocupam, fato que demonstra a vitalidade do movimento quilombola naqueles tempos.

Por isso é fundamental a ampliação dos recursos – eu gostaria de aqui reafirmar – orçamentários e financeiros para os programas direcionados aos quilombolas e às políticas de inclusão social para a população negra no Brasil.

Certamente, o Senador Romero Jucá, que é da nossa bancada e é o Relator do Orçamento da União para 2013, acatará emendas orçamentárias nesse sentido. Esse também é um fundamental compromisso do PMDB, que eu gostaria de aqui registrar.

Senhoras e senhores, no Treze de Maio, como hoje, havia aqueles que lutavam, de forma obstinada, por mudanças nas instituições e sabiam ser a desigualdade uma vergonha inominável que manchava a imagem do Brasil. Aliás, sempre faço questão de lembrar aqui que a Lei nº 12.288, de 2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial foi, sem dúvida nenhuma, uma conquista da sociedade brasileira, fruto de um trabalho formidável, incansável e insubstituível do nosso querido Senador Paulo Paim, resultado do seu Projeto de Lei, apresentado no ano de 2003.

Digo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque precisamos retomar o Treze de Maio, como já disse, como festa da nacionalidade, sim, mas em sua verdadeira dimensão histórica.

Precisamos, portanto, reviver o Treze de Maio como autêntica lição para a luta do dia de hoje pela igualdade, lutas que, na maioria das vezes, nascem e se disseminam aqui no Poder Legislativo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este Congresso Nacional tem, portanto, o dever de continuar a tarefa inacabada da libertação dos afrodescendentes. Tarefa de apressar e realizar, em cada dia, o direito fundamental dos negros de serem, verdadeiramente, cidadãos plenos, pondo fim a todas as formas de discriminação, legais ou arraigadas em práticas inomináveis.

Precisamos continuar a aprovar medidas como a das cotas raciais em universidades e no serviço público e afirmar, de nossas tribunas, na Câmara e no Senado, a justiça, a oportunidade, a correção e a constitucionalidade dessas medidas.

E, como Líder do PMDB no Senado Federal, gostaria de manifestar, em nome da Bancada do PMDB, o nosso apoio irrestrito à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2008, das cotas raciais em cursos de graduação, que deveremos aprovar na próxima quarta-feira – foi esse o entendimento que os líderes, todos os Senadores fizemos –, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Além de ratificar em lei a posição do Supremo Tribunal Federal, estaremos, na próxima quarta-feira, fortalecendo a política de educação para os negros. E nisso também não posso deixar de concordar com o grande líder Nelson Mandela, para quem a educação é a arma mais poderosa, Senador Cristovam Buarque, que se tem para transformar o mundo. Sinto-me muito à vontade para tratar desses desafios em favor das políticas para os negros no Brasil.

Aqui, no Parlamento, em 1988, na Assembleia Nacional Constituinte, integramos a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. O trabalho que todos nós executamos, naquela oportunidade, para corrigir distorções históricas foi reconhecido como relevante pelo Diap, e me orgulho, pessoalmente, muito disso, porque, sem dúvida alguma, constituiu avanço.

Sr. Presidente, penso que reparar essas injustiças históricas, promovendo a igualdade entre cidadãos, é um dever do Estado, previsto na própria Constituição Federal; igualdade, sobretudo, de oportunidades, que, na prática, tem sido negada em instituições públicas ou privadas.

Espero que, muito em breve, tenhamos milhões de mulheres e homens negros e mulatos que, beneficiados pelas políticas de cotas, tenham chegado em posições sociais de destaque. É o resgate que todos queremos. Não serão mais exceções nos cargos de direção de empresas e nas mais altas posições da República, como o Ministério Público, este Senado mesmo e a própria Câmara dos Deputados, Casas onde há sub-representação da população negra, sobretudo de mulheres negras.

Como Líder do PMDB, reafirmo também a nossa obrigação, neste Congresso Nacional, de aprovar a PEC nº 52, de 2005, que acrescenta às hipóteses de expropriação de glebas rurais, previstas no art. 60 da Constituição Federal, a da exploração de trabalho escravo ou infantil.

Digo isso porque, após 124 anos da declaração de ilegalidade da escravidão, a prática de trabalho em condições subumanas ainda é muito comum no Brasil. Logo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos o dever de não retardar mais o direito à ascensão social dos negros e pardos do Brasil.

Para isso, voltemos, continuamente, o olhar em direção aos exemplos recentes e valorosos dados por nossas instituições. Adotemos, enfim, mecanismos importantes de inclusão educacional, em todas as modalidades do ensino, como bem já faz – para não citar apenas a Universidade de Brasília – a Universidade Federal de Alagoas, para orgulho dos alagoanos, com sua corajosa e exitosa política de cotas raciais.

É nessa expectativa de ação firme do Parlamento e das instituições da sociedade organizada que eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, convidados, de encerrar este pronunciamento em favor da igualdade, igualdade não no mérito do aspecto formal, mas como concretude que beneficie na prática a população do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Creio que nada melhor para encerrar uma sessão do Senado do que ouvir a sociedade civil na pessoa do Jornalista Nilton Nascimento, que é Presidente da ONG Negro em Movimento.

E, finalmente, nada melhor do que poesia. Vamos a canção “Negro de 35”, de autoria de Rufino Aguiar e Clovis Souza, que vai ser cantado pelo negro gaúcho, já falecido, César Passarinho.

Aproveito, enquanto o jornalista chega, para convidar a todos para visitar a exposição intitulada Amstras e Documentos das Lutas Abolicionistas, que estará no espaço Ivandro Cunha Lima, de hoje até sexta-feira.

O SR. NILTON NASCIMENTO – Eu vou procurar ser breve no meu pronunciamento, em função do adiantado da hora; o mais breve possível, evidentemente.

Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, organizador desta sessão, Presidente da Mesa; Senador Paulo Paim, também signatário desta sessão e eterno batalhador pela causa negra; Exmº Sr. Mário Lisboa Theodoro, Secretário Executivo da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Exmª Srª Josefina Serra dos Santos, Secretária Especial de Promoção da Igualdade Racial de Governo do Distrito Federal; Srª Ione Maria de Carvalho, Diretora de Acesso à Cultura da Secretaria de Cidadania Cultural do acesso à cultura; gostaria também de cumprimentar, mesmo na ausência, o Senador José Sarney, que presidiu esta sessão no início, e a Deputada Rose de Freitas, Presidente e Vice-Presidente do Congresso Nacional; senhores e senhoras da plateia, eles se chamavam abolicionistas – eram chamados de radicais. Queriam o fim da escravidão. Eram acusados de pretender a desorganização da economia por precipitar uma mudança social que não devia ser obtida senão por um processo cauteloso e gradual. Mas eles

venceram e, no dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel aboliu a escravidão no Império. Era o último governante de país livre a fazê-lo, somente 81 anos depois que a Inglaterra, o primeiro país, havia feito.

O Brasil foi uma das primeiras nações americanas a instituir a escravidão, mas foi a última a aboli-la. O chamado pelo eufemismo imperial de regime servil dominou 356 dos nossos 512 anos hoje de história. E, apesar de a superação do escravismo constituir o mais significativo fato do nosso passado, depois da Independência do Brasil, o aniversário da Abolição transcorreria, oficialmente, mais uma vez, semiesquecido, não fora a lembrança desta Casa em realizar esta sessão do Congresso.

Por isso, parabeno, mais uma vez, os Srs. Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim e o Deputado Paulo Dutra pela iniciativa da celebração.

São passados, no dia 13 deste mês, 124 anos, desde que o evento da abolição, realizado pela Assembleia Geral do Império – hoje, este Congresso Nacional da República –, enchia de esperanças a Nação brasileira, que acreditava em um futuro melhor para a raça emancipada, que, a partir daquele momento, ganhava o *status* de cidadã brasileira.

No país que recebeu a maior população escrava do mundo durante mais de três séculos e meio, o mês de maio será sempre uma lembrança indelével da dimensão e duração de uma das maiores – senão a maior – tragédias da humanidade: o tráfico transatlântico de escravos africanos.

Foi o tempo em que a raça negra teve o papel fundamental de força motriz da economia nacional, que começou no período colonial e que continuou após a Independência até o Império.

A contabilidade mais recente do tráfico negreiro, feita por historiadores nas Universidades de Emory, em Atlanta, nos Estados Unidos, e de Hull, na Inglaterra, revela-nos agora números mais precisos dessa tragédia, que eu gostaria de transmitir a vocês.

Dos 11 milhões de negros obrigados a cruzar o Atlântico entre 1501 e 1866 (fim do tráfico), 5.532.118 africanos vieram para o Brasil. Desses, 4.864.374 chegaram vivos aos portos da Bahia, Rio de Janeiro, Recife e Maranhão, enquanto 667.696 pessoas morreram nos navios negreiros na sinistra travessia da passagem do meio.

Os números estão aí. Esses números são recentes.

Esses historiadores estão trabalhando em cima deles, e esses números poderão crescer.

O banco de dados reúne quase 35 mil viagens de navios negreiros realizados entre 1501, quando há registro da primeira leva de escravos, e 1867, quando

o tráfico foi abolido. Embarcações brasileiras e portuguesas carregaram 5,8 milhões de escravos, sendo 95% deles para o Brasil. A título de comparação, os navios britânicos, que todo mundo acreditava que seriam os bambambãs desse tráfico, levaram apenas 3,1 milhões de escravos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, por esses estudos recentes, passamos a saber que o Brasil foi o líder mundial no comércio de escravo negro da África.

Mas falemos de abolição, tema desta sessão solene de que ora participamos. A abolição já foi data magna, lembrada e festejada. O Treze de Maio era até feriado nacional, deixando de sê-lo no ano de 1930, por iniciativa do Presidente Getúlio Vargas, que o extinguiu.

Nos últimos anos, tem sido objeto de uma verdadeira conspiração de silêncio por parte da grande mídia. Paradoxalmente, essas iniciativas recebem o apoio do movimento negro brasileiro, que, ao contrário, deveria desdobrar-se na sua celebração e na discussão do significado histórico real dessa efeméride.

Mas, senhores membros deste Congresso, não posso deixar de aproveitar esta ocasião para falar por alguns momentos sobre a condição do negro em nosso País.

Decorridos 124 anos da Abolição e quase 500 do desembarque dos primeiros negros em nossos portos, de todas as maneiras, o Brasil de hoje parece querer esquecer, por seus vários atores – negros e brancos –, essa história. A República, instalada apenas um ano e meio após a abolição da escravatura, em sua trajetória glamourosa, resolveu não encarar o passado tenebroso: a tragédia da escravidão e o atraso da sua abolição, com as necessárias reparações.

Assim, no final do século XIX e ao longo de todo século XX, nada foi feito para transformar ex-escravos, negros livres e seus descendentes em cidadãos brasileiros de verdade.

Ao longo do século passado, a elite nacional alimentou-se da retórica da democracia racial, varrendo para baixo do tapete da casa-grande os números da velha senzala. Isso é tanto verdade, Sr. Presidente desta sessão. Srs. Senadores e Deputados, que, até 1976, os entrevistados do IBGE simplesmente não tinham cor. Até 1980 o Censo, pago por todos os contribuintes, não considerava os negros. Só em 1980 surgiu um documento factual, produzido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que, pela primeira vez, a situação do negro brasileiro foi examinada sem literatura. Foi o Censo Demográfico de 1980. A partir desse documento, passamos a conhecer a real situação do negro brasileiro. Um retrato formulado por estatísticas deprimentes, pelo que mos-

tra em matéria de desigualdade. Também foi didático, no que diz respeito às oportunidades oferecidas pela sociedade brasileira a uma pessoa negra.

Para nós, o censo de 1980 tirou o negro da invisibilidade em que vivia, mostrando à Nação a sua condição social. E isto há apenas 30 anos.

Fazendo minhas as palavras do professor Hélio Santos, o negro era um ser invisível na sociedade brasileira. De todas as grandes questões nacionais, nenhuma outra é tão dissimulada quanto a racial em nosso País. O negro não está ausente apenas dos meios de comunicação em geral, mas também não comparece como entidade importante da vida nacional.

Os historiadores oficiais, quando retratam os negros, atuam como se não fossem historiadores, mas, sim, contadores de histórias. Os cientistas sociais e economistas, quando falam em miséria, desemprego, falta de moradia, concentração de renda, violência e outros tópicos relacionados ao barbarismo social brasileiro, nunca identificam os protagonistas dessa tragédia tendo como referencial a origem racial e étnica das pessoas envolvidas. Aqui, é como se quiséssemos todos – negros e brancos – fugir do assunto.

A invisibilidade da questão racial deve ser interpretada aqui como um fato que não se nota, não se discute, nem se deseja notar ou discutir. É como se não existisse. A história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostradas pela mídia também o são. Assim, o que se quer mostrar é que o lado bom da vida não é, nem deve ser negro. Aliás, o léxico de “negro”, além de designar o indivíduo desse grupo racial, pode significar: sujo, lúgubre, funesto, sinistro, maldito, perverso, triste, nefando, etc. No Brasil moderno e desenvolvido, que ostenta a gloriosa marca de possuir a segunda frota mundial de jatos executivos, a ausência do negro, nessa faixa, é quase absoluta. Por outro lado, no Brasil das chacinas e da miséria, que nos reduz a um dos países mais atrasados do Planeta, a presença do negro é sólida, vigorosa, majoritária e dramaticamente consistente.

Nessa condição republicana, residem hoje as razões da extrema desigualdade socioeconômica entre as raças no Brasil. “Não basta acabar com a escravidão. É preciso destruir sua obra” – advertia, em maio de 1888, Joaquim Nabuco. Hoje, ainda, continuamos reféns do passado escravocrata, pois a obra da escravidão ainda persiste sob a forma mumificada do racismo e da discriminação, que consagrou a supremacia de uma raça sobre as outras como modelo de “evolução” social, política e econômica para o Brasil.

Os negros brasileiros trabalham em liberdade há apenas 124 anos, Srs. Senadores e Srs. Deputados. E o censo do IBGE de 2010 informa um quadro mais

ou menos estável da sua evolução social no País, em relação à promessa de cidadania feita no Ato emancipatório assinado pela Regente Imperial, Dona Isabel, e em relação ao Censo de 1980. Os negros continuam estudando pouco, ganham mal e menos e morrem antes da hora.

Pelo seu tamanho, a população negra, expressão que indica tanto a pessoa que tem a pele preta, os chamados pretos retintos, como aquela chamada de mulata ou parda, hoje é maioria. Representam, pelo último censo, 51% da sua população. Pelo ângulo da pobreza, essa população é inversa: eles ocupam os piores lugares.

O grande erro que se costuma cometer até hoje diante desse quadro deprimente, como o da situação social do negro no Brasil, é encarar suas dificuldades do presente como uma herança do passado. O raciocínio até que teria fundamento, caso o passado tivesse sido herdado por inteiro – e o Brasil de 2012 fosse igual ao de 1888, quando o regime político era a monarquia, mais de 80% das pessoas de cor branca não tinham direito a votar nas eleições para o Parlamento, e a aristocracia era obrigada a fugir do Rio de Janeiro para escapar das epidemias de febre amarela. Só que não é desse jeito hoje em dia; as coisas estão bastante separadas nas grandes cidades: existem bairros para uns e bairros para outros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NILTON NASCIMENTO – Depois dessas digressões sobre a condição e a cidadania do negro no Brasil, retomo de onde estava para tratar desta celebração.

Entendemos que, por menos que parte da militância negra, na distância dos anos, considere pouco heroica a atitude de D. Isabel e dos heróis abolicionistas, não podem omitir que eles honraram a memória dos escravos e libertos, como Zumbi, que lutaram contra a escravidão, mas foram derrotados pela repressão colonial e imperial.

Dessa forma, Sr. Presidentne desta sessão, todos aqueles que o senhor citou são grandes heróis. São os heróis da Nação e, por isso, merecem ser celebrados.

Assim, comemorar o Treze de Maio tem um significado imenso hoje, quando a República tornou-se cúmplice com uma falsa neutralidade racial: honrar os abolicionistas que deram a vida para libertar os escravos.

A neutralidade racial do Brasil republicano, de 1889 até os dias de hoje, é um redondo fracasso. Discriminação e racismo são formas culturalmente arraigadas na sociedade republicana, praticados de forma normal e à sombra do Estado complacente.

Queremos lembrar, para finalizar, que o movimento negro brasileiro, a começar pela Frente Negra e pelo Teatro Experimental do Negro do ex-Senador Abdias do Nascimento, vem realizando lutas históricas e provocando mudanças efetivas na sociedade, ainda que estas sejam muito lentas e pontuais. Essas lutas cresceram nos últimos 30 anos com a diluição do mito da democracia racial e a consciência de ser a sociedade brasileira racista e discriminatória.

Colocada na ilegalidade desde 1951, com a Lei Afonso Arinos, a discriminação, mesmo assim, não deixou de ser uma atividade integrada à vida cotidiana da população como um dado banal da paisagem nacional. Mesmo sem um fundamento jurídico passado em cartório, como com o *apartheid* na África do Sul e as leis Jim Crow nos Estados Unidos, essas regras informais são cumpridas de forma automática no Brasil.

Contudo, os avanços se concentram no campo formal e institucional, mas sem capilaridade real no meio social.

(Interrupção do som.)

O SR. NILTON NASCIMENTO – O Estatuto da Igualdade Racial, do eminente Senador Paulo Paim, é um documento importante nesta luta, apesar das mutilações sofridas para a sua aprovação.

O Supremo Tribunal Federal nos deu também uma grande demonstração de avanço político no sentido de promover os direitos da população negra, através da aprovação das cotas para os estudantes negros. Mais do que a aprovação, a sustentação doutrinária e jurídica da ação feita pelo eminente Ministro Lewandowski abre um campo imenso para os direitos da maioria negra, desde quando reconhece a legitimidade de se “racializar” a condição da luta para que se possa combater eficazmente diferenças tão arraigadas na sociedade discriminatória. É uma grande esperança que a Suprema Corte coloque isso na ordem do dia.

Resta-nos acreditar que o julgamento da ação contra o Decreto 4887/03, feito à luz da Constituição de 1988, possa contar com o mesmo zelo jurídico do STF observado no julgamento das cotas raciais.

Agradeço a todos pela oportunidade, rogando a Deus que os abençoe na grande tarefa de construir uma nação moderna livre, mas sobre a qual a sombra do passado escravo insiste ainda em permanecer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eu agradeço muito ao jornalista Nilton Nascimento, que encerrou esta solenidade com sua fala, representando a sociedade civil, especialmente aquela vinculada aos movimentos negros.

Lembro da exposição que está no Espaço Ivandro Cunha Lima, que se dá aqui no subsolo, indo em direção à Câmara. Relembro o que eu já falei, que o Deputado Domingos Dutra não pode comparecer a esta sessão, mas mandou uma mensagem dizendo da importância de ela ser realizada, e dou por encerrada esta sessão.

Que a luta pela abolição continue.

Para encerrar, sem que eu tenha de falar nada depois, pois, depois de poeta, ninguém deve falar, vamos ouvir agora a canção O Negro de 35.

(Procede-se à execução da música “O Negro de 35”).(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Srª Rose de Freitas enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Nesta sessão solene, comemoramos os 124 anos da abolição da escravidão, um dos legados mais sinistros de nossa formação histórica, com consequências deletérias que se estendem até o dia de hoje. Nada pode ser dito de positivo sobre um sistema de exploração da mão-de-obra humana, que trata a pessoa humana como mera coisa, sem nenhum direito de proteção ou dignidade.

Somente uma grande necessidade de justificação da manutenção do sistema escravista tentou explicar tentativas, por parte de autores brasileiros já falecidos de extrair do escravismo nacional consequências positivas. Este discurso laudatório é hoje, no entanto, um discurso derrotado. Nenhum brasileiro pode, hoje, negar a injustiça que permeou a escravidão no Brasil.

Fruto de um movimento que congregou diferentes forças sócias e políticas, a abolição da escravidão de 13 de maio de 1888 se constitui em importante marco legal histórico de um longo processo de desagravo e reparação de injustiças étnicas e sócias, o qual perdura até os dias de hoje.

Embora a abolição da escravatura no Brasil tenha sido retardatária, movimentos abolicionistas em favor de negros e índios surgiram já nos tempos coloniais e se estenderam durante todo o período do império.

A primeira tentativa de abolição da escravidão indígena foi em 1611, e a sua abolição definitiva, decretada pelo Marquês de Pombal, aconteceu durante o reinado de D. José I. A Conjuração Baiana de 1798, defendia a erradicação da escravidão.

Após a Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, em sua famosa representação à Assembléia Constituinte de 1823, já havia chamado a escravidão de “cancro mortal que ameaçava os fun-

damentos da nação”. As discussões a este respeito estenderam-se por todo o período do Império, tendo adquirido relevância a partir de 1850, e, caráter verdadeiramente popular, a partir de 1870.

No Período Regencial, Câmara dos Deputados aprovou e a Regência promulgou, em fins de 1831, uma lei que proibia o tráfico de escravos africanos para o país. Esta lei se tornou, no entanto, letra morta, sem aplicação.

Em 1845, o Governo britânico decretou o famoso Bill Aberdeen. Com o nome de Lord Aberdeen. do Foreign Office (o Ministério britânico das Relações Exteriores), o Ato dava ao Almirantado britânico o direito de aprisionar navios negreiros, mesmo em águas territoriais brasileiras, e julgar seus comandantes. Os capitães ingleses receberam poderes de atracar navios brasileiros em alto mar e verificar se transportavam escravos – e aí deveriam se desfazer da carga, devolvendo os escravos à África, ou transferi-ia para os navios ingleses.

Os navios ingleses perseguiram embarcações, a Marinha Britânica invadia águas territoriais, ameaçava bloquear portos. As províncias protestavam, pois na época, no Brasil, a escravidão era coisa natural, integrada à rotina e aos costumes.

A consequência imediata do Bill Aberdeen foi o significativo, e paradoxal, aumento no comércio de escravos, pois foram antecipadas as compras antes da proibição em definitivo, o que contribuiu também para a grande elevação do preço dos escravos. O notável historiador Caio Prado Júnior declara que, em 1846, entraram 50.324 escravos e, em 1848, 60 mil.

No plano político o campo se dividia. Os conservadores culpavam os liberais de terem se submetido à coação inglesa. Sabiam perfeitamente que o tráfico negreiro deveria ter fim, que a escravidão estava condenada, mas alegavam que tal decisão deveria caber ao Governo, para preservar a soberania nacional e garantir a segurança interna – na verdade, sua intenção era estender a escravidão o máximo possível.

Mas D. Pedro II, com problemas no Rio da Prata, necessitava da Inglaterra financeiramente. Cedendo às pressões, D. Pedro II deu um passo importante: seu Gabinete elaborou um projeto de lei, apresentado ao Parlamento pelo Ministro da Justiça Eusébio de Queirós que adotava medidas eficazes para a extinção do tráfico sendo convertido na lei nº 581, de quatro de setembro de 1850.

Os conservadores continuavam empenhados em manter o sistema escravista e a estrutura colonial de produção. Para racionalizar o uso da mão de obra escrava, agora muito mais cara, incentivaram, então, o tráfico interno, tirando o escravo das áreas onde a

agricultura decaía, como os engenhos de açúcar do litoral nordestino, para as exaustivas funções da grande lavoura nas novas regiões cafeeiras em expansão no Centro-Sul, deixando para o trabalhador imigrante as demais atividades.

O historiador Bóris Fausto, que tanto escreveu sobre a imigração no Brasil, estima que o tráfico inter-provincial, de 1850 a 1888, deslocou de 100 a 200 mil escravos. Paradoxalmente, o esvaziamento descontentará os senhores de escravos e de terras nordestinas, que terminaram por se tornar abolicionistas.

Outro recurso dos escravistas foi incentivar a imigração. A imigração estrangeira, até 1850, vinha sendo um fenômeno espontâneo. Entre 1850 e 1870, passou a ser promovida pelos latifundiários. Vindos primeiramente da Alemanha, sem êxito, e depois da Itália, os imigrantes, muitas vezes enganados e com contratos que os faziam trabalhar em regime quase escravo, ocuparam-se do trabalho rural na economia cafeeira. Foram muitas as regiões em que os escravos foram substituídos pelos imigrantes.

Progressivamente, os imigrantes europeus assalariados substituíram os escravos no mercado de trabalho. Mas foi só a partir da Guerra do Paraguai que o movimento abolicionista ganhou impulso.

Milhares de ex-escravos que retornaram da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, correram o risco de voltar à condição anterior por pressão dos seus antigos donos. O problema social tornou-se uma questão política para a elite dirigente do Segundo Reinado.

A abolição do tráfico de escravos, as várias epidemias de malária, a constantes fugas de escravos, seu baixo índice de reprodução, e a alforria de muitos escravos inclusive, daqueles que lutaram na Guerra do Paraguai contribuíram sensivelmente para a diminuição da quantidade de escravos, no Brasil, quando da época da abolição.

Depois de 21 anos sem qualquer medida governamental em relação ao fim da escravidão, foi votada a “Lei Rio Branco”, mais conhecida como “Lei do Ventre Livre”, em 1871, que considerava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir da sua data, e pretendia estabelecer um estágio evolutivo entre o trabalho escravo e o regime de trabalho livre, sem, contudo, causar mudanças abruptas na economia ou na sociedade.

Em 1880, políticos importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, criaram, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que estimula a formação de dezenas de agremiações semelhantes pelo Brasil.

Teve participação destacada na campanha abolicionista, a maçonaria brasileira, sendo que quase todos os principais líderes da abolição eram maçons.

José Bonifácio, pioneiro da abolição, Eusébio de Queirós que aboliu o tráfico de escravos, o Visconde do Rio Branco responsável pela Lei do Ventre Livre e os abolicionistas Luís Gama, Antônio Bento, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Silva Jardim e Rui Barbosa eram maçons.

O país foi tomado pela causa abolicionista e em 1884, o Ceará e o Amazonas aboliram a escravidão em seus territórios. Nos últimos anos da escravidão no Brasil, a campanha abolicionista se radicalizou com a tese “Abolição sem indenização” lançada por jornalistas, profissionais liberais e políticos que não possuíam propriedades rurais.

A Lei nº 3.270, também conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe, foi promulgada a 28 de setembro de 1885 e garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Proposta em 1884, o projeto, vindo do liberal ministro Sousa Dantas foi rejeitado pelos escravocratas com tanto rigor, que a lei só foi aprovada em 1885, após aumentar o limite de idade do cativo de sessenta para sessenta e cinco anos.

Também os negros e mulatos escravizados passaram a participar mais ativamente da luta anti-escravidão, fugindo das fazendas e buscando a liberdade nas cidades, especialmente, depois de 1885, quando foram proibidos os castigos corporais aos escravos fugidos quando fossem recapturados.

A lei nº 3.310, de 15 de outubro de 1886, revogou o artigo nº 60 do Código Criminal de 1830 e a lei nº 4, de 10 de Junho de 1835, na parte em que impõem a pena de açoites, e determinou que “ao réu escravo serão impostas as mesmas penas decretadas pelo Código Criminal e mais a legislação em vigor, para outros quaisquer delinquentes.

A partir de 1887, os abolicionistas passaram a atuar no campo, muitas vezes ajudando fugas em massa, fazendo com que por vezes os fazendeiros fossem obrigados a contratar seus antigos escravos em regime assalariado. Em 1887, diversas cidades libertam os escravos; a alforria era normalmente condicionada à prestação de serviços (que, em alguns casos, implicava na servidão a outros membros da família).

Por fim, a abolição transformou-se num caminho sem retorno, quando o exército, em outubro de 1887, manifestou-se em petição à princesa Isabel, solicitando dispensa de perseguir os escravos fugidos. No final de 1887, a maioria dos fazendeiros acabou por se converter ao abolicionismo, ou melhor, por se resignar a ele.

Em 13 de maio de 1888, depois de tramitar na Câmara e no Senado, a lei que abolia a escravidão foi levada à sanção da Princesa Isabel, que então exercia

a Regência do trono monárquico. Não se deve ignorar a importância da Lei Áurea, que libertou cerca de 700 mil escravos no país.

Grande momento de liberdade formal para os escravos e seus descendentes, o legado, da escravidão perdura como dívida social.

O Censo Demográfico de 2010 apurou que dos 16 milhões de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 70,00) 11,5 milhões, ou seja, 72% do total são pardos e negros. Os dados estatísticos não deixam dúvida sobre a dívida social com os negros no Brasil: se verificamos entre eles os mais altos índices de analfabetismo, desemprego, mortalidade infantil e, entre jovens, violência, entre outros fatores.

O Brasil tem avançado no resgate desta dívida social, por exemplo, com a adoção de cotas raciais nas universidades públicas, com a definição da discriminação racial como crime inafiançável e com a criação de programas de distribuição de renda e de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Há muito, no entanto, a ser feito, e seria bom, que todos nós, independente de nossas etnias e classes sociais, nos uníssemos para quitar, no menor tempo possível! o débito que ainda permanece.

Pois esta é a maior mancha do sistema escravista: a do preconceito que se traduz em desigualdade de oportunidades, em violência e exploração sexual, em discriminação no atendimento a serviços de saúde e no desrespeito a cidadãos dignos e honrados.

Outro legado desalentador da escravidão se refere à sobrevivência do trabalho escravo no Brasil. Produtores rurais das regiões com incidência de trabalho escravo afirmam, com frequência, que esse tipo de relação de serviço faz parte da cultura ou tradição. As formas de contratação e tratamento são, no entanto de difícil justificativa e tendentes a cristalizar a servidão e degradação do ser humano.

Desde a Lei Áurea muitos progressos foram feitos para a integração das populações negras, que tanto sofreram com a construção do estado brasileiro e tanto contribuíram para sua grandeza econômica, histórica, religiosa e cultural. Mas os dados mostram que, a despeito de tanto esforço e sofrimento, estamos ainda longe de quitar nossa dívida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 2 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 9ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 14 DE MAIO DE 2012

(Publicada no **Diário do Congresso Nacional** nº 10, de 15 de maio de 2012)

RETIFICAÇÃO

Às páginas 929 a 932, republique-se o discurso proferido pelo Senador José Sarney, retirado pelo orador para revisão:

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente Valdir Raupp, que para honra nossa preside esta sessão neste instante; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República Michel Temer, também presidente licenciado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho; Sr. Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Moreira Franco; Sr. Líder do PMDB no Senado Federal Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Vice-Governador do Distrito Federal Tadeu Filippelli, e o Vice-Governador de Sergipe Jackson Barreto:

Ao completar 46 anos, o PMDB continua se afirmando como o grande fiador da democracia brasileira. Somos um partido com uma história, a mais rica das últimas décadas, uma história que nos faz ter responsabilidade e ao mesmo tempo aspirações. Responsabilidade com o muito que fizemos, aspirações de continuarmos crescendo, trabalhando pelo Brasil e nos reestruturando cada vez mais em nossas bases.

Temos uma grande presença nos Municípios, que não podemos perder e que sempre devemos aumentar. Trabalhamos com a certeza de que temos trilhado o bom caminho, o caminho da construção da justiça social, da melhoria das condições de vida de nossa população, desde sua fundação, desde quando ocupei a Presidência da República, em 1985. E agora o PMDB participa do grande trabalho que se realiza em todo o Brasil, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e continua agora, sob o comando da Presidente Dilma Rousseff e do Vice-Presidente Michel Temer.

Eu aqui interrompo para saudar o Sr. Ministro Mendes Ribeiro, que está presente também na nossa Casa. *(Palmas.)*

Este ano apresenta o desafio das eleições Municipais. Temos o compromisso com o Brasil de trabalhar sempre nas grandes causas sociais, e estas grandes causas devem ser trabalhadas, em primeiro lugar, nos Municípios: a educação, a saúde, o meio ambiente, a segurança. O nosso trabalho eficiente nas 1.175 Prefeituras que ocupamos atualmente será a principal alavanca para postularmos o comando desses e de outros Municípios. Governos que devemos fazer com os postulados, que são nossos, da transformação social, do crescimento econômico, da transparência, do conhecimento preciso das potencialidades de cada localidade e de cada segmento da população.

Concorreremos ao comando de grandes e pequenas cidades. Não temos prioridade por um ou outro lugar, porque todos os Municípios brasileiros são importantes, e o PMDB deve dar o melhor de si para cada um deles. Vamos trabalhar, assim, com os pés assentados firmemente no presente, mas de olhos no futuro. É a melhor maneira que temos para comemorarmos os 46 anos do nosso partido.

Somos, repito uma vez mais, o Partido das Causas Sociais. Quando o PMDB ocupou a Presidência da República, lançamos o lema “Tudo pelo social”. E foi um preço alto que pagamos para não falharmos com o nosso primeiro compromisso, compromisso do PMDB, que era com o emprego. Tivemos o mais baixo desemprego da história do Brasil, 2,36%; quase pleno emprego, e apenas mobilidade de pessoas do trabalho. A mais radical diminuição da pobreza no Brasil ocorreu durante o Governo do PMDB. O Brasil teve um dos períodos de maior crescimento de sua história, 119%, e o País disse não à recessão, não cedeu e não concedeu nada às pressões internacionais. *(Palmas.)*

Até então, no Brasil a questão era administrar a infraestrutura e a construção de obras públicas. A partir daquele instante, colocamos a área social dentro da agenda nacional, e não somente a agenda econômica. Esta é uma conquista e um marco do nosso partido, que devemos relembrar para sempre, porque mudou a história dos Governos e a história do Brasil.

Transformamos a Presidência numa grande gerência de programas especiais de combate à pobreza. Mandamos pesquisar e identificar, Município por Município, quais as dificuldades mais prementes sofridas pela população. Foram definidos 16 projetos de ajuda direta às comunidades carentes, dirigidos por agentes das próprias comunidades, como as pastorais, as escolas e as entidades assistenciais.

A mais radical diminuição da pobreza no Brasil, até então, ocorreu durante o Governo do PMDB, por causa, evidentemente, dos programas de ação comunitária, de ação direta sem intermediação política ou administrativa. Vinte e seis milhões de pessoas foram beneficiadas com o vale-transporte, que até hoje serve ao trabalhador e a todos os brasileiros — também conquista do PMDB (*Palmas.*); 18 milhões de pessoas beneficiadas, diariamente, com o vale-refeição — também outra conquista do PMDB —; 7,6 milhões de famílias atendidas diariamente pelo Programa do Leite, que marcou também a história do Brasil. (*Palmas.*); 11 milhões de crianças, gestantes e nutrízes no Programa de Alimentação Suplementar; 2 milhões de crianças nas creches casulos; 50 milhões de estudantes e 8 milhões de irmãos de estudantes atendidos pela merenda escolar, que é bom lembrar passou de 140 dias para 260 dias no Governo do PMDB. A farmácia básica da CEME — também concebida naquele tempo —, atingiu 50 milhões de pessoas com 44 produtos e medicamentos que ali eram fabricados. A mortalidade

infantil foi reduzida em 41%, graças ao programa de saúde na comunidade. Duzentos e trinta mil voluntários foram mobilizados nesses programas. Ali nasceu a sociedade democrática e social que avançou e veio consolidar-se no Governo Lula, e continua no Governo da Presidente Dilma Rousseff. *(Palmas.)*

Devemos lembrar também que foi o Governo do PMDB que estendeu o direito à saúde a todos os brasileiros.

Até então no Brasil “o excluído” — essa era a palavra que designava o trabalhador que não tinha carteira assinada — não podia e nem tinha onde tomar uma injeção, só podia socorrer às Santas Casas de Misericórdia ou às casas de caridade. A partir daquele tempo foi criado o direito de universalização da saúde, o direito à saúde e o direito de assistência médica, desde o nascimento, a todos os brasileiros. A Constituição veio consagrar esse princípio que já estava instalado desde o primeiro tempo do Governo do PMDB. Este legado o PMDB manteve como chave do seu apoio e participação nos diversos Governos que se sucederam. E esta deve continuar a ser o foco dos nossos programas e compromissos com o povo brasileiro. Nunca nos esqueçamos disso: o PMDB é o Partido das Causas Sociais! Foi. É e sempre será! *(Palmas.)*

A democracia não vive sem partidos. E a política no Brasil foi sempre feita à margem dos partidos, mas nós rompemos com esse paradigma, e o PMDB é o partido mais antigo do País. O PMDB tem, portanto, a carga da sua história e um grande exemplo.

É verdade que com essa maneira que nós tivemos de fazer política, este País foi construído pelos políticos. Isso é uma coisa que nós não devemos esquecer: o Brasil é uma construção dos políticos, tão injustiçados, tão condenados, tão falados, mas foram

eles que dentro dessas Casas do Congresso, desde a independência, construíram este País que hoje está aí e é a sexta economia do mundo. (*Palmas.*)

Este País, o Brasil, portanto é uma construção política e de políticos. Como eu disse, atacados, insultados, responsabilizados por tudo, mas foram eles que construíram as nossas instituições. Basta lembrar que a primeira coisa que se fez depois da independência foi convocar uma Constituinte, e nessa Constituinte os políticos chegavam, muitos deles montados a cavalo, uns vinham em pequenas carruagens, outros, a pé. E eles discutiam o quê? Não estavam discutindo o País, as conquistas militares, a expansão, como discutiram na América espanhola. Eles estavam discutindo a liberdade de ir e vir, o *habeas corpus*, quando o rei era absoluto e podia condenar qualquer um à morte. Estavam discutindo universidades, quando o País não tinha quase escolas. Estavam discutindo os predicamentos da magistratura, quando nós não tínhamos nem juízes nomeados. Eram os juízes escolhidos pelos partidos e pelo imperador.

Tivemos o gênio político — que devemos aos políticos — de construir a unidade nacional, que não foi feita por guerras nem batalhas, como aconteceu na América Espanhola. A unidade brasileira foi feita justamente pelo gênio da construção política dos que nos antecederam e continuam ao longo do tempo. Nada mais injusto, portanto, do que dizer neste País o que dizem da classe política, porque foi ela que fez o Brasil.

Com que condições nós fizemos isso? Quais são as qualidades fundamentais que nortearam essa ação? Foi a capacidade que sempre tivemos na política brasileira de conciliar e de transigir, dando ao povo brasileiro condições de segurança para trabalhar,

de crescimento da sua economia, de chegar aonde nós chegamos e ser hoje uma expressão e uma referência mundial.

A grande obra dos primórdios da República foi unir conservadores e liberais do Império para que, juntos, pudéssemos dar continuidade à construção de um País extraordinário como é o nosso. Dessa união, surge então o novo regime.

É isso que se fez, é dessa maneira que se construiu. Quando nós olhamos o exemplo, como eu disse, da América Espanhola, vemos que ela foi construída com muito sangue, com derramamento de imensas batalhas. Temos algumas lembranças até hoje, como a Batalha de Carabobo e a Batalha de Ayacucho.

Como foi no México? Para dar um exemplo das dificuldades, aqui nós construímos o País justamente pela nossa capacidade política de, em vez de nos dividirmos nos momentos mais difíceis, nos unirmos pensando numa coisa: no País, porque já se pensava no País. Quando não sabíamos nem onde estavam as nossas fronteiras, os políticos pensavam na construção de um País com base do Direito, com base de instituições, com base justamente da construção de um regime que fosse “(...) *do povo, pelo povo, para o povo*”, na expressão de Lincoln.

O PMDB, portanto, é um partido que se insere dentro dessa tradição, é um partido que se insere dentro desse caminho, sempre foi um partido aberto a todas as tendências, sempre foi um partido que acolheu dentro do seu seio pessoas e brasileiros de todos os lados, com o único compromisso de ser democrata e de lutar pela justiça social. Nunca fomos um partido de discriminação ou um partido que julgava uns condenados à perdição e outros condenados à maldição. Esse é o nosso partido, de cuja existência comemoramos hoje 46 anos.

Do PMDB saíram os principais partidos que estão aí hoje. O PMDB, portanto, foi o partido de uma causa e é um partido que conseguiu reunir para si todos os brasileiros.

Eu cheguei ao PMDB, que hoje tem 46 anos, há 28 anos, e portanto, pertenço ao PMDB por mais da metade de sua existência. E devo confessar que foi uma entrega total, uma doação e um amor que não passou e não passará. Estou no PMDB, jamais sairei do PMDB e morrerei dentro do PMDB. *(Palmas.)* Assumi comigo mesmo a responsabilidade de ter sido o Presidente do PMDB responsável pela condução das causas que foram entregues nas minhas mãos. O PMDB será, até o fim, como eu disse, a minha legenda partidária. Recordo aqui o Padre Vieira, eu gosto sempre de citá-lo. Uma vez ele disse que tinha tanto amor à Companhia de Jesus, da qual ele fazia parte, que se algum dia ele fosse expulso da Companhia, ficaria na porta do muro do convento, dormindo ali, para morrer pensando na Companhia de Jesus.

O PMDB tem características muito próprias. Muitas vezes, no Brasil inteiro, tem-se a impressão de que é um partido em que há sempre divisões, lutas internas e separações. Por quê? Porque foi formado por todas as tendências, e nós mantemos até hoje essa tradição. É o partido, no Brasil, que mantém até hoje o maior compromisso com a democracia interna. O PMDB não tem dono. O PMDB, quando se reúne, não é de ninguém, é de todos. Nunca vi uma festa tão democrática quanto uma convenção do PMDB. Uma convenção do PMDB é um exemplo de democracia, é um exemplo que se tem de como se vive a democracia. Essa é uma característica que eu aprendi a verificar em todas as convenções que participei. Mesmo quando o Ulysses presidia o partido, ele que tinha aquela chama, aquela aura, aquela liderança, aquela luz, aquela estrela extraordinária que derramava sobre o PMDB — partido no qual ele é, como disse o

Presidente Michel Temer, o ícone de todos nós, ele é o símbolo —, ele dirigia como se o partido fosse de todos. Ele tinha humildade, sabendo que o PMDB tinha essa alma de ser um partido de todos, com voz para todos, sem ninguém ser maior do que outro, todos sermos iguais. *(Palmas.)*

Esse compromisso é tal que nós somos o único partido que tem como uma causa quase que pétrea de sua formação a expressão que diz o seguinte: o partido é integrado por todos os cidadãos que o desejarem e garante o direito de formação de correntes políticas de opinião. Quer dizer, pode-se falar contra o partido, questionar o partido, e ninguém pode pensar que vai ser expulso por causa disso. Essa é uma característica do nosso PMDB. Ele garante a existência de correntes de opiniões, ele garante a democracia interna. Por isso, uma coisa que poderia ser patológica, quando se fala na sua divisão, é o contrário: é uma maneira de vida, é uma maneira de saúde, é uma maneira de viver, é o próprio PMDB!

Nenhum de nós se sente inibido de defender o que pensa e o que deseja dentro do nosso partido. Ninguém se sente intimidado. Essa é uma característica de ser "peemedebista".

O nosso estatuto determina que é proibida a filiação em bloco dos que tiverem o objetivo de predomínio de pessoas ou grupos estranhos sem afinidade com o partido. Abro aspas para dizer que isso é uma expressão do nosso partido.

O País deve olhar o PMDB como uma forma de pregação democrática, como uma forma de dar função de vida partidária.

Os outros partidos, não fazemos essa crítica, podem achar que eles têm dono. Nós não temos dono, porque somos um partido de todos, um partido do povo brasileiro. *(Palmas.)*

Quero, para finalizar, congratular-me com o Presidente licenciado do partido, Michel Temer, pelo trabalho que realizou, possibilitando sempre a nossa união, buscando manter esse pensamento da diversidade dentro da unidade, uma convivência patriótica e republicana que nós sempre procuramos olhar na sua presença e na sua ação. E hoje temos a honra de vê-lo nos representando no Executivo do País, dividindo com a Presidente Dilma as responsabilidades de governar o Brasil. *(Palmas.)*

Senador Raupp, seria uma injustiça se eu terminasse essas palavras sem ressaltar o dinamismo com que V.Exa. vem conduzindo o nosso partido *(palmas)*, vitalizando o PMDB pelo debate, pela organização, pela participação de todos, pela reunião dos diretórios nacionais, pelos encontros regionais que V.Exa. tem feito que unificam o nosso pensamento e a nossa ação partidária.

Finalmente, eu quero relembrar, nessas últimas palavras, a figura de Tancredo Neves, nosso Presidente eleito da República, do PMDB, a quem tive o destino de suceder, pelo exemplo que nos deixou, inspiração e guia que sempre orientará a conduta e a vitória do PMDB. *(Palmas.)*

Portanto, hoje, aos 46 anos, nós podemos dizer que o PMDB tem cumprido com a grande tradição política brasileira de construir o Brasil por meio do esforço e do patriotismo de cada um de nós, dos nossos correligionários, dos nossos Líderes, dos nossos militantes e dos nossos eleitores. Muito obrigado. *(Palmas.)*

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto

Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador João Pedro, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador João Pedro em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Senador Fernando Collor ⁶**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação da Comissão:** 14-12-2011**Instalação da Comissão:** 8-2-2012**Prazo final da Comissão:** 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo

Vice-Presidente:

Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Rogério Marinho (PSDB/RN)
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Edição de hoje: 60 páginas
(OS: 12307/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

